



### Sumário

TRIBUNAL PLENO .....	1
PAUTAS .....	1
ATAS .....	1
ACÓRDÃOS .....	1
PRIMEIRA CÂMARA.....	37
PAUTAS .....	37
ATAS .....	37
ACÓRDÃOS .....	37
SEGUNDA CÂMARA.....	37
PAUTAS .....	38
ATAS .....	38
ACÓRDÃOS .....	38
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE.....	38
ATOS NORMATIVOS .....	42
GABINETE DA PRESIDÊNCIA.....	42
DESPACHOS .....	42
PORTARIAS.....	42
ADMINISTRATIVO .....	52
DESPACHOS.....	52
EDITAIS .....	57

### TRIBUNAL PLENO

#### PAUTAS

Sem Publicação

#### ATAS

Sem Publicação

#### ACÓRDÃOS

**PROCESSOS JULGADOS PELO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. CONSELHEIRO MARIO MANOEL COELHO DE MELLO, NA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021.**

**JULGAMENTO ADIADO:**





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.2

### CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.

**PROCESSO Nº 12.063/2020** - Prestação de Contas Anual da Casa Civil - Prefeitura de Manaus, de responsabilidade do Sr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Bisneto, Sr. José Fernando de Farias, Sr. Luiz Alberto Carijó de Gosztonyi e Sra. Glauce Regina Lins Brito da Silva Meireles, referente ao exercício de 2019.

**ACÓRDÃO Nº 1299/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** as Contas Anuais da Casa Civil do Município de Manaus, exercício de 2019, sob responsabilidade do **Sr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Bisneto**, Secretário Municipal; **10.2. Julgar regular** as Contas Anuais da Casa Civil, exercício de 2019, sob responsabilidade do **Sr. José Fernando de Farias**, subchefe de Assuntos Administrativos, relativas ao período de 01/01 a 23/06/2019; **10.3. Julgar regular** as Contas Anuais da Casa Civil, exercício de 2019, sob responsabilidade do **Sr. Luiz Alberto Carijó de Gosztonyi**, subchefe de Assuntos Administrativos, relativas ao período de 24/06 a 03/07/2019; **10.4. Julgar regular com ressalvas** as Contas Anuais da Casa Civil, exercício de 2019, sob responsabilidade da **Sra. Glauce Regina Lins Brito da Silva Meireles**, subchefe de Assuntos Administrativos, relativas ao período de gestão de 16/07 a 31/12/2019; **10.5. Recomendar** à Casa Civil - Prefeitura de Manaus a revisão do seu quadro funcional de forma a ajustá-lo a uma relação equilibrada e adequada entre cargos comissionados e efetivos, consideradas as balizas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no tema de repercussão geral nº 1.010; **10.6. Notificar** os responsáveis, Sr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Bisneto, Sr. José Fernando de Farias, Sr. Luiz Alberto Carijó de Gosztonyi e Sra. Glauce Regina Lins Brito da Silva Meireles sobre o teor da decisão, com cópia do Relatório-Voto e do Acórdão para sua ciência e, querendo, para apresentar o devido recurso; **10.7. Determinar** à SECEX – Secretaria Geral do Controle Externo que efetive as providências para que a próxima Comissão de Inspeção, responsável pela fiscalização do órgão, inclua no escopo de auditoria o atendimento da recomendação contida no item 7, sob pena de caracterização de reincidência a ser apenada com multa ao gestor; **10.8. Determinar** à SEPLENO que após a ocorrência de coisa julgada administrativa, efetue o registro e proceda ao arquivamento, nos moldes regimentais. *O Relator acatou, em sessão, a retirada das multas propostas no Relatório/Voto, de acordo com o Voto-vista da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.*

**PROCESSO Nº 12.361/2020** - Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR, referente ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do Sr. Petrucio Pereira de Magalhaes Júnior.

**ACÓRDÃO Nº 1300/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do **Senhor Petrucio Pereira de Magalhaes Júnior**, Secretário de Estado de Produção Rural e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 1º, II, e art. 22, II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE; c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM; **10.2. Dar quitação** ao Senhor Petrucio Pereira de Magalhaes Júnior, Secretário de Estado de Produção Rural e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE; **10.3. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.3

a ocorrência das impropriedades retratadas no relatório-voto, em futuras prestações de contas. *Vencido o voto do Relator, que votou pela irregularidade da Prestação de contas, aplicação de multa, recomendação e determinações ao órgão e notificação ao gestor.*

**PROCESSO Nº 15.271/2020 (Apensos: 13.709/2020 e 13.707/2020)** - Recurso de Revisão interposto pelo sr. Antônio Peixoto de Oliveira, em face do Acórdão nº 147/2019-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 13.707/2020. **Advogado:** Juarez Frazao Rodrigues Junior - OAB/AM 5851.

**ACÓRDÃO Nº 1301/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Revisão interposto pelo **Sr. Antônio Peixoto de Oliveira**, ex-Prefeito de Itacoatiara, em face do Acórdão nº 147/2019-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do processo n.º 13.707/2020; **8.2. Negar Provedimento** ao Recurso de Revisão de lavra do Sr. Antônio Peixoto de Oliveira, mantendo-se incólume o acórdão recorrido; **8.3. Notificar** o Sr. Antônio Peixoto de Oliveira acerca do teor da decisão. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello (art. 65 do Regimento Interno).

**CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA (Com vista para a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos).**

**PROCESSO Nº 11.870/2021** - Representação oriunda da Manifestação nº 289/2021-Ouvidoria para apuração de possíveis irregularidades ocorridas no Termo de Cooperação Técnica nº 11/2020 firmado entre a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC e a Secretaria Municipal de Educação - SEMED. **Advogado:** Fabianne de Melo Ribeiro – Chefe da Assessoria Jurídica.

**ACÓRDÃO Nº 1304/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação decorrente de Manifestação apresentada à Ouvidoria desta Corte de Contas sobre suposta irregularidade ocorrida na assinatura do Termo de Cooperação Técnica n. 11/2020 entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, tendo em consideração a relação do seu objeto com aquele concernente ao pregão eletrônico nº 156/2020 – CML/PM, revogado pela Secretaria Municipal de Educação na data de 22/01/2021; **9.2. Julgar Procedente**, nos termos do art. 288 c/c art. 11, III, “c” da Res. 04/02-TCE/AM, a Representação oferecida em face da Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, tendo em vista a prática de ato com grave infração à norma legal, decorrente da revogação de procedimento licitatório (pregão eletrônico nº 156/2020 – CML/PM) sem a exposição das justificativas do ato, bem como sem que fosse assegurado aos licitantes o exercício do contraditório e ampla defesa; **9.3. Notificar** o Sr. Pauderney Tomaz Avelino, na qualidade de gestor da Secretaria Municipal de Educação de Manaus, e o Sr. Luis Fabian Pereira Barbosa, na qualidade de gestor da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, para que tenham conhecimento da decisão; **9.4. Determinar** à Secretaria Geral de Controle Externo que adote as providências necessárias ao acompanhamento do Pregão Eletrônico n. 156/2020-CML/PM, nos termos requeridos no item G do relatório técnico de fls. 605, e do Contrato n. 01/2021, nos termos sugeridos no item 86 do





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.4

mesmo relatório técnico. *O Relator acatou, em sessão, a retirada da multa propostas no Relatório/Voto, de acordo com o Voto-vista da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.*

**CONSELHEIRO-RELATOR: ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR (Com vista para o Excelentíssimo Senhor Auditor Mário José de Moraes Costa Filho, Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos).**

**PROCESSO Nº 15.526/2018 (Apenso: 10.913/2015)** - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos, em face do Acórdão nº 469/2018–TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 10.913/2015. **Advogados:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4331, Lívia Rocha Brito – OAB/AM 6474, Gabriel Simonetti Guimarães – OAB/AM 15.710, Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10.428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Souza – OAB/AM 14193.

**ACÓRDÃO Nº 1310/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que acolheu em sessão, o voto-destaque do Conselheiro Erico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Dar Provimento Parcial** ao recurso do **Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos**, no sentido de excluir do Acórdão o julgamento das contas de gestão e a aplicação de multa ao responsável; **8.2. Encaminhar** os documentos da prestação de contas à SECEX/TCE/AM, para que proceda à instauração dos processos pertinentes para responsabilização do gestor, considerando as impropriedades apontadas no voto do Relator; **8.3. Determinar** o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado para que tome as medidas relativas a eventual ação de improbidade administrativa, caso entenda pertinente; **8.4. Determinar** à Câmara Municipal que julgue as contas do Prefeito no prazo de 60 dias estabelecido no art. 127, §5º da Constituição do Estado do Amazonas; **8.5. Determinar** que se mantenha o Parecer Prévio pela desaprovação das contas.

**CONSELHEIRO-RELATOR: ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR (Com vista para a Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos).**

**PROCESSO Nº 10.065/2021 (Apenso: 10.033/2021 e 10.034/2021)** - Recurso de Revisão com pedido Cautelar interposto pelo Sr. Cleinaldo de Almeida Costa, em face da Decisão nº 170/2018-TCE-Primeira Câmara, exarada nos autos do Processo nº 10.033/2021. **Advogados:** Rosa Oliveira de Pontes Braga – OAB/AM 4231 e Robério dos Santos Pereira Braga - OAB/AM 1205.

**ACÓRDÃO Nº 1311/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que acatou em sessão o voto-vista da Conselheira Yara Amazonia Lins Rodrigues dos Santos **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso do **Sr. Cleinaldo de Almeida Costa**, por ter sido interposto nos termos regimentais; **8.2. Dar Provimento Parcial** ao Recurso do **Sr. Cleinaldo de Almeida Costa**, no sentido de excluir os itens 7.2, 7.3 e 7.4 da Decisão 170/2018-TCE/Tribunal Pleno, exarada nos autos do processo nº 908/2017 (processo eletrônico 10033/2021). **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.5

**CONSELHEIRO-RELATOR: JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO (Com vista para o Excelentíssimo Senhor Auditor Mário José de Moraes Costa Filho, Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos).**

**PROCESSO Nº 15.203/2019 (Aposos: 10.328/2013, 11.225/2014, 12.422/2018 e 11.848/2014)** - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos, em face do Acórdão nº 736/2017-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.225/2014. **Advogados:** Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193 e Gabriel Simonetti Guimarães – 15710.

**ACÓRDÃO Nº 1317/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos** e admitido pela Presidência deste Tribunal, por intermédio do Despacho de fls. 83-85; **8.2. Dar Provimento Parcial** ao Recurso do **Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos**, alterando o teor do Acórdão n. 24/2017-TCE-Tribunal Pleno, retificado pelo Acórdão nº 736/2017 prolatado nos autos Proc. nº 11.225/2014, no seguinte sentido: **8.2.1.** Alterar o valor da multa do item 9.7 do Acórdão para R\$6.827,19, bem como, excluir os itens 86, 95, 102 e 108 de sua fundamentação; **8.2.2.** Excluir o item 85 da fundamentação do item 9.8 do Acórdão; **8.2.3.** Excluir as glosas dos itens 9.10, 9.11, 9.14-9.19; **8.2.4.** Alterar o valor da glosa do item 9.9 para R\$9.706,20; **8.2.5.** Manter os demais itens. **8.3. Dar ciência** desta decisão ao Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos e demais interessados. **8.4. Arquivar** os autos nos termos regimentais. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva e Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno).

**AUDITOR-RELATOR: LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES (Com vista para o Excelentíssimo Senhor Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior).** **PROCESSO Nº 11.629/2019** - Prestação de Contas Anual da Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS, sob a responsabilidade do Sr. Heraldo Beleza da Câmara, referente ao exercício de 2018.

**ACÓRDÃO Nº 1344/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado Alber Furtado de Oliveira Júnior, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS, referente ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do **Sr. Heraldo Beleza da Câmara**, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 1º, II, 22, II da Lei nº 2.423/1996 e artigo 188, § 1º, II, da Resolução TCE nº 04/2002; **9.2. Recomendar** à Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS, conforme art. 188, § 2º, do Regimento Interno do TCE/AM, que: **9.2.1.** Mantenha atualizadas as Declarações de Bens dos Servidores que exercem Cargos Comissionados e dos Diretores da empresa; **9.2.2.** Atente para o cumprimento do art. 81, §§1º e 2º da Lei nº 13.303/2016, evitando acréscimo e supressão que ultrapassem o percentual legalmente admitido de 25% para repactuação de contratos; **9.2.3.** Atente para o envio correto da documentação exigida por esta Corte de Contas; **9.2.4.** Atente para o disposto no art. 37, II da CF/88. **9.3. Dar ciência** ao Sr. Heraldo Beleza da Câmara; **9.4. Arquivar** o processo, após cumpridos os itens anteriores, nos termos do Regimento Interno do TCE/AM. *Vencida a Proposta*





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.6

*de voto do Relator, acompanhada pelos Conselheiros Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Érico Xavier Desterro e Silva, que votou pela irregularidade da Prestação de Contas, aplicação de multa, representação ao MPE e ciência aos interessados.*

### JULGAMENTO EM PAUTA:

### CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.

**PROCESSO Nº 11.918/2018** - Prestação de Contas Anual da Unidade Gestora do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, sob a responsabilidade da Sra. Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt, referente ao exercício de 2017.

**ACÓRDÃO Nº 1298/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Unidade Gestora do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, exercício de 2017, de responsabilidade da **Sra. Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt**, ordenadora de despesa, nos termos do art. 22, II da Lei Orgânica nº 2423/1996; **10.2. Determinar** à Unidade Gestora do FUNDEB/SEMED que: **10.2.1.** Otimize a gestão orçamentária, de modo a evitar o pagamento de juros e multas de qualquer natureza; **10.2.2.** Atualize o portal da transparência do município as informações acerca do registro das competências e estrutura organizacional do ente, bem como da divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público, nos termos do art. 8º §1º, I, da Lei nº. 12.572/11 (Lei de Acesso à Informação). **10.3. Determinar** à Comissão que realizar a próxima inspeção na Unidade Gestora do FUNDEB/SEMED que observe se ocorreu a devolução dos recursos pagos a título de juros e multas ao INSS do exercício de 2017, com o devido reforço como crédito orçamentário da referida unidade; **10.4. Dar ciência** do Acórdão e Relatório/Voto à Sra. Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt; **10.5. Arquivar** os autos após ultrapassado o prazo recursal e a adoção das medidas dispostas acima.

**PROCESSO Nº 16.078/2020 (Apenso: 13.215/2016)** - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Eduardo Costa Taveira, em face da Decisão nº 29/2020-TCE-Tribunal Pleno, exarada nos autos do Processo nº 13.215/2016.

**ACÓRDÃO Nº 1302/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração, interposto pelo **Sr. Eduardo Costa Taveira**; **8.2. Negar Provimento** ao Recurso, interposto pelo Sr. Eduardo Costa Taveira, mantendo a Decisão nº 29/2020-TCE-Tribunal Pleno na sua integralidade, por estar em perfeita harmonia com as normas que regem a matéria; **8.3. Notificar** o recorrente, Sr. Eduardo Costa Taveira, para que tome ciência do decisório, enviando-lhe cópia do Relatório/Voto e do Acórdão.

**PROCESSO Nº 11.436/2021** - Prestação de Contas Anual da Controladoria Geral do Município – CGM, sob a responsabilidade do Sr. Arnaldo Gomes Flores, referente ao exercício de 2020.





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.7

**ACÓRDÃO Nº 1303/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular** a Prestação de Contas da Controladoria Geral do Município – CGM, de responsabilidade do **Sr. Arnaldo Gomes Flores**, exercício de 2020, com fundamento no artigo 22, inciso I, da Lei nº 2423/1996; **10.2. Notificar** o Sr. Arnaldo Gomes Flores, com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório; **10.3. Arquivar** o processo, após trânsito em julgado, nos moldes regimentais..

**PROCESSO Nº 13.269/2021 (Apenso: 13.267/2021, 13.265/2021, 13.268/2021 e 13.264/2021)** - Recurso de Revisão interposto pela Sra. Waldívia Ferreira Alencar, em face do Acórdão nº 664/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 13.264/2021 (Processo Físico Originário nº 2212/2013). **Advogados:** Paula Ângela Valério de Oliveira - OAB/AM 1024 e Celiana Assen Felix – OAB/AM 6727.

**ACÓRDÃO Nº 1305/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Revisão interposto pela **Sra. Waldívia Ferreira Alencar**; **8.2. Negar Provimento** ao Recurso da **Sra. Waldívia Ferreira Alencar**, para ratificar o Acórdão nº 664/2019 TCE–Tribunal Pleno (processo nº 13264/2021, antigo 2212/2013), que julgou o processo de Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus – SEINFRA, exercício financeiro de 2012; **8.3. Notificar** a Sra. Waldívia Ferreira Alencar e seus causídicos com cópia do Relatório/Voto e do Acórdão para que tomem ciência do decisório; **8.4. Arquivar** o processo sem prejuízo à sequência do cumprimento do julgado primitivo. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello (art. 65 do Regimento Interno).

**PROCESSO Nº 13.268/2021 (Apenso: 13.269/2021, 13.267/2021, 13.265/2021 e 13.264/2021)** - Recurso de Revisão interposto pela Sra. Augusta Edméia Rocha das Neves, em face do Acórdão nº 664/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 13.264/2021 (Processo Físico Originário nº 2212/2013).

**ACÓRDÃO Nº 1307/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Revisão interposto pela **Sra. Augusta Edméia Rocha das Neves**; **8.2. Negar Provimento** ao Recurso da **Sra. Augusta Edméia Rocha das Neves**, para ratificar o Acórdão nº 664/2019 TCE–Tribunal Pleno (processo nº 13264/2021, antigo 2212/2013), que julgou o processo de Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus – SEINFRA, exercício financeiro de 2012; **8.3. Notificar** a Sra. Augusta Edméia Rocha das Neves, com cópia do Relatório/Voto e do Acórdão para que tomem ciência do decisório; **8.4. Arquivar** o processo sem prejuízo à sequência do cumprimento do julgado primitivo. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello (art. 65 do Regimento Interno).





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.8

**PROCESSO Nº 13.267/2021 (Apenso: 13.269/2021, 13.265/2021, 13.268/2021 e 13.264/2021)** - Recurso de Reconsideração interposto pela Fundação de Apoio Institucional Muraki, em face do Acórdão nº 664/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 13.264/2021 (Processo Físico Originário nº 2212/2013).

**ACÓRDÃO Nº 1308/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pela **Fundação de Apoio Institucional Muraki**; **8.2. Dar Provimento Parcial** ao Recurso da Fundação de Apoio Institucional Muraki para retificar o item 10.3 do Acórdão nº 664/2019 TCE–Tribunal Pleno (processo nº 13264/2021, antigo 2212/2013), que passará a ter a seguinte redação: **“10.3. Considerar em Alcance a Fundação de Apoio Institucional Muraki no valor de R\$ 12.072,00** (doze mil e setenta e dois reais) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, referente ao saldo remanescente do Contrato nº 17/2012-SEINFRA, conforme art. 304, V da Resolução nº 04/2002 TCE/AM. Fixar o **prazo de 30 (trinta) dias**, a contar do Ofício de comunicação da Decisão, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento aos cofres do Tesouro do Estado do Amazonas dos montantes declarados em alcance, em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei n. 2.423/96, corrigidos monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei n. 2.423/96).” **8.3. Notificar** a Fundação de Apoio Institucional Muraki e a Sra. Waldívia Ferreira Alencar, com cópia do Relatório/Voto e do Acórdão para que tomem ciência do decisório; **8.4. Arquivar** o processo sem prejuízo à sequência do cumprimento dos julgados primitivos. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello (art. 65 do Regimento Interno).

**PROCESSO Nº 13.265/2021 (Apenso: 13.269/2021, 13.267/2021, 13.268/2021 e 13.264/2021)** - Recurso de Reconsideração interposto pela empresa Laghi Engenharia Ltda, em face do Acórdão nº 664/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 13.264/2021 (Processo Físico Originário nº 2212/2013). **Advogados:** Vasco Pereira do Amaral – OAB/AM A99, Janderli Cavalcante Costa – OAB/AM 12550 e Andrea Caldas Cipriano – OAB/AM 11.242.

**ACÓRDÃO Nº 1306/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pela **empresa Laghi Engenharia Ltda** (CNPJ: 01.057.727/0001-78); **8.2. Negar Provimento** ao Recurso da **empresa Laghi Engenharia Ltda** (CNPJ: 01.057.727/0001-78), ratificando o Acórdão nº 664/2019-TCE–Tribunal Pleno (processo nº 13264/2021, antigo 2212/2013), que julgou o processo de Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus – SEINFRA, exercício financeiro de 2012; **8.3. Notificar** a empresa Laghi Engenharia Ltda. (CNPJ: 01.057.727/0001-78), com cópia do Relatório/Voto e do Acórdão para que tomem ciência do decisório; **8.4. Arquivar** o processo sem prejuízo à sequência do cumprimento dos julgados primitivos. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello (art. 65 do Regimento Interno).

**PROCESSO Nº 14.362/2021** - Auditoria de Gestão Fiscal para o município de Tefé - exercício de 2021: Exposição de Motivos com solicitações e ordenação de medidas sobre o acompanhamento e controle da gestão fiscal das







Administrações Públicas Diretas e Indiretas do Estado e dos Municípios, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. **ACÓRDÃO Nº 1309/2021**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Aplicar Multa ao Sr. Nicson Marreira Lima**, Prefeito do município de Tefé, no valor de **R\$5.120,40 (cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos)**, com fulcro no art. 54, I, "b" da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 308, I, "b" da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, por atraso na publicação no Portal da Transparência e envio ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do município de Alvarães, 1º, 2º e 3º bimestre de 2021 e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **7.2. Aplicar Multa ao Sr. Nicson Marreira Lima**, Prefeito do município de Tefé, no valor de **R\$1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), com fulcro no art. 54, I, "c" da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 308, I, "c" da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, pelo não envio dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF referente ao 1º quadrimestre/21 e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **7.3. Notificar** o Sr. Nicson Marreira Lima, Prefeito do Município de Tefé, com cópia do Relatório/Voto e do Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

**CONSELHEIRO-RELATOR: ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR.**

**PROCESSO Nº 14.758/2021** - Representação com pedido de Medida Cautelar interposta pelo Sr. Francisco Sales de Oliveira, em face do Sr. Lázaro de Souza Martins e da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus – SEINFRA, representada pelo Sr. Carlos Henrique dos Reis Lima, em virtude de possível irregularidade.  
**Advogados:** Acelmir Pessoa Figliuolo Neto – OAB/AM 13248, Ayrton Sena Gentil Neto – OAB/AM 12521, Luciano





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.10

Araújo Tavares – OAB/AM 12512, Fernanda Couto de Oliveira – OAB/AM 11413 e Lucas Alberto de Alencar Brandao - OAB/AM 12555.

**ACÓRDÃO Nº 1312/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação (fls. 2–17), interposta pelo Sr. Francisco Sales de Oliveira, Prefeito de Tonantins, em face dos Srs. Lázaro de Souza Martins (ex-Prefeito da municipalidade) e Carlos Henrique dos Reis Lima (Secretário da SEINFRA), por restarem preenchidos os requisitos de admissibilidade; **9.2. Arquivar** os autos, sem resolução de mérito, conforme exposto na Fundamentação do Relatório/Voto; e **9.3. Dar ciência** do Relatório/Voto, bem como deste Acórdão, ao Representante, aos Representados (Srs. Lazaro de Souza Martins e Carlos Henrique dos Reis Lima), e ao DEATV.

**PROCESSO Nº 14.832/2021 (Apenso: 13.371/2020)** - Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Alfeu Ferraz Filho, em face do Acórdão nº 1172/2020-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 13.371/2020.

**ACÓRDÃO Nº 1313/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Revisão interposto pelo **Sr. Alfeu Ferraz Filho**, em face do Acórdão nº 1172/2020–TCE–Primeira Câmara (fls. 87/88, do processo n.º 13.371/2020, apenso), por estarem presentes os requisitos de admissibilidade elencados no art. 145, c/c art. 157, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **8.2. Dar Provimento Parcial, no mérito**, ao Recurso de Revisão interposto pelo **Sr. Alfeu Ferraz Filho**, a fim de reformar o Acórdão nº 1172/2020–TCE–Primeira Câmara, exarado no processo nº 13.371/2020, apenso, conforme exposto ao longo da fundamentação do Relatório/Voto, nos seguintes termos: **8.2.1.** Julgar legal a aposentadoria voluntária do Sr. Alfeu Ferraz Filho, no cargo de engenheiro de pesca, 3ª classe, referência A, matrícula nº 050.263-4D, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM; **8.2.2.** Determinar, após o julgamento, a notificação do Chefe do Poder Executivo, por meio do Órgão Previdenciário, a fim de que retifique a Guia Financeira e o Ato Aposentatório, incluindo, em seus proventos, a Vantagem Pessoal Emater e o Abono de Engenheiro, bem como corrigir o cálculo do ATS, de modo a fazê-lo incidir sobre o vencimento fixado pela Lei nº 3300/2008; **8.2.3.** Conceder prazo de 60 (sessenta) dias para o cumprimento do subitem anterior. **8.3. Dar ciência** ao recorrente, Sr. Alfeu Ferraz Filho, por meio de seus representantes legais, do teor da Decisão. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

**CONSELHEIRA-RELATORA: YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.**

**PROCESSO Nº 10.819/2017** - Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, sob a responsabilidade do Sr. Mamoud Amed Filho, referente ao exercício 2016. **Advogado:** Ênia Jéssica da Silva Garcia - OAB/AM 10416.

**PARECER PRÉVIO Nº 18/2021: O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.11

Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal: **10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, referente ao exercício de 2016 (U.G: 309), de responsabilidade do **Sr. Mamoud Amed Filho**, Prefeito Municipal de Itacoatiara e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c art. 127 da CE/1989, com redação da EC nº. 15/1995, art. 18, I, da LC nº. 06/1991, artigos 1º, I, e 29 da Lei nº. 2423/1996, e art. 5º, I, da Resolução nº. 04/2002, e art. 3º, III, da Resolução nº. 09/1997. **ACÓRDÃO Nº 18/2021**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Determinar** que seja encaminhado este Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Itacoatiara, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas; **10.2. Determinar** à Secretaria de Controle Externo – SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às Contas de Gestão mencionadas nos itens de 01 a 09 da DICOP e nos itens de 01 a 32 da DICAMI, todos listados na fundamentação do Relatório/Voto; **10.3. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos aos interessados, bem como à Câmara Municipal de Itacoatiara e à Prefeitura Municipal.

**PROCESSO Nº 12.212/2020** - Prestação de Contas Anual da Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional - ESPI, de responsabilidade da Sra. Maria Stela Brito Cyrino, referente ao exercício de 2019.

**ACÓRDÃO Nº 1314/2021**: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular** a Prestação de Contas Anual da Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional – ESPI, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade da **Sra. Maria Stela Brito Cyrino**, Diretora Geral da Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional - ESPI e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM; **10.2. Dar quitação** à **Sra. Maria Stela Brito Cyrino**, Diretora Geral da Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional – ESPI e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos dos artigos 23 e 72, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº 04/2002–RITCE; **10.3. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas: **10.3.1.** Ausência dos Balanço Orçamentário, do Demonstrativo do Ativo Permanente de Bens Móveis e Imóveis e do Demonstrativo de Variações Patrimoniais, conforme consta na Resolução n.º 04/2016-TCE, em seu artigo 2.º, incisos VIII; XVII e XIII; **10.3.2.** A ESPI não possuía cobertura financeira para quitação de suas obrigações financeiras, e portanto, não houve atendimento ao Princípio do Equilíbrio das Contas Públicas, expresso no §1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000. **10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.12

Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**PROCESSO Nº 11.233/2021** - Denúncia oriunda de demanda da ouvidoria, acerca de possíveis irregularidades no pagamento de Auxílio Alimentação (AL) e da Gratificação de Exercício Policial (GEP) pela Polícia Civil (PC/AM) a servidores da Polícia Civil deslocados para outros órgãos, sem que estejam no exercício da função policial. **Advogados:** Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - OAB/AM 3149 e Juliana Barros Souza – OAB/AM 11843. **ACÓRDÃO Nº 1315/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 5º, inciso XII e art. 11, inciso III, alínea “c”, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Denúncia da SECEX/TCE/AM, por ter sido formulada sob a égide do artigo 288, da Resolução nº 004/2002–TCE-AM; **9.2. Julgar Improcedente** a Representação da SECEX/TCE/AM, considerando regular o pagamento de Auxílio Alimentação (AL) e da Gratificação de Exercício Policial (GEP) pela Polícia Civil (PC/AM) a diversos servidores que não estão no exercício da função policial, deslocados para órgãos/entidades estranhas ao Sistema de Segurança Pública; **9.3. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que oficie a Polícia Civil do Estado do Amazonas, dando-lhe ciência do teor da decisão e, após sua publicação, remeta os autos ao arquivo.

**PROCESSO Nº 14.150/2021 (Apenso: 10.700/2019)** - Recurso de Revisão interposto pela Fundação Amazonprev, em face da Decisão nº 933/2019-TCE-Primeira Câmara, exarada nos autos do Processo nº 10.700/2019. **ACÓRDÃO Nº 1357/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso da **Fundação Amazonprev**, por ter sido interposto atendendo as determinações das Resolução; **8.2. Dar Provimento** ao Recurso da Fundação Amazonprev, no sentido de alterar inteiro teor da Decisão nº 933/2019–TCE–Primeira Câmara (Processo 10.700/2019), e julgar legal a Aposentadoria Voluntária da Sra. Maria Celeste Maciel da Silva, determinando o registro; **8.3. Arquivar** o processo, nos termos regimentais. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno).

**PROCESSO Nº 14.530/2021 (Apenso: 11.678/2019 e 15.470/2020)** - Recurso de Revisão interposto pela Sra. Patrícia Carvalho Castro, em face do Acórdão nº 1190/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.678/2019. **Advogados:** Igor Belarmino Ribeiro Lins da Silva – OAB/AM 16143 e Rafael Frank Benzecry – OAB/AM 12612.

**ACÓRDÃO Nº 1316/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** o Recurso de Revisão da **Sr. Patrícia Carvalho Castro**, responsável pelo Serviço de Pronto Atendimento - SPA Danilo Correa, à época, por preencher os requisitos necessários, para no mérito; **8.2. Dar Provimento** ao Recurso da **Sra. Patrícia Carvalho Castro**, pelos fatos e fundamentos expostos no Relatório-voto de modo a reformar o Acórdão nº 1190/2019 – exarado





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.13

nos autos do Processo nº 11678/2019, no sentido de modificar o item 10.1 a julgar regulares com ressalvas a Prestação de Contas do SPA Danilo Correa, exercício de 2018; excluir o item 10.2 e 10.4, e manter os demais itens da decisão. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

**CONSELHEIRO-RELATOR: JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO.**

**PROCESSO Nº 12.322/2020** - Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Iranduba, de responsabilidade do Sr. Josué Lomas de Ribamar, referente ao exercício de 2019. **Advogados:** Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975.

**ACÓRDÃO Nº 1318/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Josué Lomas de Ribamar**, responsável pela Câmara Municipal de Iranduba, referente ao exercício de 2019, nos termos do art. 1º, inciso II e art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 5º, inciso II e art. 188, §1º, inciso II da Resolução nº 04/2002-RI/TCE; **10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Josué Lomas de Ribamar** no valor de **R\$ 6.827,20** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte centavos), referente à inobservância do prazo legal para a remessa dos documentos contábeis das competências de junho, julho, setembro e dezembro/2019, sendo R\$ 1.706,80 (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) para cada mês de atraso, termos do art. 54, inciso I, alínea "a" da Lei Estadual nº 2423/1996 c/c art. 308, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno desta Corte de Contas, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Josué Lomas de Ribamar** no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), referente à ausência de Parecer de Controle Interno na Prestação de Contas Anuais (item 04), nos termos do art. 54, inciso VII da Lei Estadual nº 2423/1996 c/c art. 308, inciso VII da Resolução nº 04/2002 - RI/TCE-AM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.14

Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Recomendar** à Câmara Municipal de Iranduba que atente a todas as determinações do art. 31 da CF/88, com fins de exercer de forma efetiva e concreta a função de fiscalizar o Executivo Municipal com registro dos atos e, se necessário, que o resultado desses trabalhos seja enviado para os órgãos de controle competentes; **10.5. Recomendar** à Câmara Municipal de Iranduba que acompanhe os processos de realização de pagamentos dos produtos e serviços contratados, com elementos que permitam a clara identificação dos bens entregues/serviço executado, a fim de garantir a comprovação da regularidade da despesa pública; **10.6. Dar ciência** ao Sr. Josué Lomas de Ribamar, seus patronos e demais interessados acerca do presente Acórdão; **10.7. Arquivar**, após cumpridos os itens acima, nos termos do Regimento Interno do TCE/AM.

**PROCESSO Nº 12.372/2020** - Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPED, de responsabilidade da Sra. Viviane Pereira da Silva Lago Lima, Sra. Caroline da Silva Braz e Sr. Silvino Vieira Neto, referente ao exercício de 2019. **Advogado:** Rodrigo Cavalcante de Albuquerque Almeida – OAB/PE 42604.

**ACÓRDÃO Nº 1319/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas de responsabilidade da **Sra. Viviane Pereira da Silva Lago Lima**, Gestora e Ordenadora das Despesas da Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEPED, no curso do exercício 2019, período de 01/01/2019 a 15/10/2019, com fundamento no art. 22, inciso III, "b" e "c", da Lei nº 2.423/96; **10.2. Julgar regular** a Prestação de Contas da **Sra. Caroline da Silva Braz**, Gestora da Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEPED, período de 16/10/2019 a 31/12/2019 e do **Sr. Silvino Vieira Neto**, Ordenador de Despesas da Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEPED, período de 16/10/2019 a 31/12/2019, com fundamento no art. 22, I, da Lei nº 2.423/96; **10.3. Considerar revel** a **Sra. Viviane Pereira da Silva Lago Lima**, em débito no montante de R\$ 460,74 (quatrocentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos), com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002- Regimento Interno do TCE, consoante Laudo da DICOP; **10.4. Notificar** a **Sra. Viviane Pereira da Silva Lago Lima** responsável Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPED, exercício de 2019, débito no montante de R\$ 460,74 (quatrocentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos), com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002- Regimento Interno do TCE, consoante Laudo da DICAD; **10.5. Aplicar Multa** a **Sra. Viviane Pereira da Silva Lago Lima**, no valor de **R\$ 14.894,73** (quatorze mil, oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos), com base no art. 54, incisos II e IV da Lei 2.423/96 devido às restrições não sanadas discriminadas no Relatório Conclusivo nº 73/2020 – DICAD e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no relatório voto, na esfera Estadual para o órgão Secretária de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.15

III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.6. Determinar** à gestora, Sra. Viviane Pereira da Silva Lago Lima a pena de inabilitação ao exercício de cargo e de função pública, conforme art. 56 da LOTCE; **10.7. Determinar** a imediata remessa de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado para o ajuizamento das ações cabíveis, bem como de improbidade administrativa, conforme previsto no § 3º do art. 22 da Lei n. 2.423/96; **10.8. Dar ciência** a Sra. Viviane Pereira da Silva Lago Lima, responsável pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPED, exercício de 2019, gestora e ordenadora de despesas (período de 01/01/2019 a 15/10/2019), da Sra. Caroline da Silva Braz – gestora (Período de 16/10/2019 a 31/12/2019) e do Sr. Silvino Vieira Neto – ordenador de despesas (Período de 16/10/2019 a 31/12/2019); **10.9. Arquivar** o processo por cumprimento de decisão.

**PROCESSO Nº 16.865/2020** - Representação com pedido de Medida Cautelar interposta pelo Sr. José Ribamar Fontes Beleza contra a Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro em face de possíveis irregularidades. **Advogados:** Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975.

**ACÓRDÃO Nº 1320/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação formulada pelo Sr. José Ribamar Fontes Beleza, admitida pela Presidência deste Tribunal, por intermédio do Despacho de fls. 15/22; **9.2. Julgar Improcedente** a Representação interposta em face da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, sob a responsabilidade do Sr. Araildo Mendes do Nascimento, ante a falta de comprovação nestes autos de irregularidade; **9.3. Determinar** à SECEX a inserção do objeto dos autos no escopo da auditoria da Comissão de Inspeção da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, referente ao exercício 2020, com fins de averiguar se da edição do Decreto Municipal nº 064 de 30 de novembro de 2020 e durante a sua vigência houve despesa ilegal e/ou irregularidade que configure dano ao erário; **9.4. Dar ciência** desta decisão ao Sr. José Ribamar Fontes Beleza, ao Sr. Araildo Mendes do Nascimento, aos seus patronos e demais interessados; **9.5. Arquivar**, após o cumprimento integral de todos os itens anteriores, nos termos do Regimento Interno desta Corte de Contas.

**PROCESSO Nº 11.579/2021** - Prestação de Contas Anual da Controladoria Geral do Estado – CGE, sob a responsabilidade do Sr. Otávio de Souza Gomes, referente ao exercício de 2020.

**ACÓRDÃO Nº 1321/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular** a Prestação de Contas Anual da Controladoria Geral do Estado – CGE, exercício de 2020, sob a responsabilidade do **Sr. Otavio de Souza Gomes** – Gestor e Ordenador de Despesa, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, I e 23 da Lei 2.423/96; **10.2. Dar ciência** desta decisão ao Sr. Otavio de Souza Gomes; **10.3. Arquivar** os autos nos termos regimentais.





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.16

**PROCESSO Nº 11.702/2021 (Apenso: 10.584/2019)** - Embargos de Declaração em Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Valci Amarildo Gondim Santos, em face do Acórdão nº 1935/2020-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 10.584/2019.

**ACÓRDÃO Nº 1322/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que acatou em sessão o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em divergência** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Negar conhecimento** ao Embargo de Declaração interposto pelo Sr. Valci Amarildo Gondim Santos, analista judiciário (oficial de justiça), aposentado pelo TJ/AM, por ser intempestivo, visto que a decisão embargada foi publicada no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal no dia 06/07/2021 (terça-feira), conforme Edição nº 2569, págs. 04/14, do DOE e portanto, considerando como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico, ou seja dia 07/07/2021 (quarta-feira) é certo dizer que a contagem do prazo recursal iniciou em 07/07/2021 (quarta-feira) e considerando, por fim, o prazo de 10 (dez) dias previsto pelo art. 63, § 1º da Lei Orgânica deste TCE, tem -se a intempestividade do presente embargo de declaração; **7.2. Dar ciência** ao Sr. Valci Amarildo Gondim Santos; **7.3. Arquivar** o processo por cumprimento de decisão.

**PROCESSO Nº 12.852/2021 (Apenso: 12.352/2021 e 12.354/2021)** - Recurso Originário interposto pelo Sr. José Duarte dos Santos Filho, em face do Acórdão nº 28/2019-TCE-Segunda Câmara, exarado os autos do Processo nº 12.352/2021. **Advogado:** Katuscia Raika da Câmara Elias – OAB/AM 5225.

**ACÓRDÃO Nº 1323/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso Ordinário interposto pelo **Sr. José Duarte dos Santos Filho**, uma vez presentes os requisitos; **8.2. Dar Provimento Parcial** ao Recurso do Sr. José Duarte dos Santos Filho, para considerar sanados os pontos 04, 06 e 07 do Relatório/Voto que embasou o Acórdão objeto do presente Recurso e, em consequência minorar a multa aplicada por meio do Acórdão recorrido, fazendo constar o valor de R\$ 13.654,39 (treze mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos moldes do art. 54, VI, da Lei nº 2423/96, com nova redação (alterada pela Lei Complementar nº 204/2020); **8.3. Dar ciência** ao Sr. José Duarte dos Santos Filho; **8.4. Arquivar** o processo, após cumpridas as determinações acima, nos termos regimentais.

**CONSELHEIRO-RELATOR CONVOCADO: MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO.**

**PROCESSO Nº 15.322/2020 (Apenso: 15.320/2020 e 15.321/2020)** - Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Antônio Gomes Ferreira, em face do Acórdão nº 92/2018-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 15.321/2020, e Acórdão nº 93/2018-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 15.320/2020. **Advogado:** Maria Auxiliadora dos Santos Benigno - OAB/AM A619.

**ACÓRDÃO Nº 1324/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em**







Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.17

**divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Revisão interposto pelo **Sr. Antônio Gomes Ferreira**; **8.2. Dar Provimento** ao Recurso do **Sr. Antônio Gomes Ferreira**, de modo a anular os Acórdãos nº 92/2018-TCE-Segunda Câmara (fls.246/249 do processo em apenso nº 15321/2020) e 93/2018-TCE-Segunda Câmara (fls.199/202 do processo em apenso nº 15320/2020), retornando a instrução à fase de notificação do recorrente, a fim de que tenha assegurado o seu direito do contraditório e ampla defesa; **8.3. Dar ciência** ao Sr. Antônio Gomes Ferreira, bem como a sua advogada.

**AUDITOR-RELATOR: MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO.**

**PROCESSO Nº 10.898/2021** - Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SEMULSP, sob a responsabilidade do Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias, referente ao exercício de 2013. **Advogado:** Dinair Faria Albernaz – OAB/AM 5077.

**ACÓRDÃO Nº 1325/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias**, na qualidade de Gestor da Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SEMULSP, com fulcro nos arts. 22, III e 24, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/02-TCE/AM, em virtude da impropriedade não sanada, conforme fundamentação do Relatório/Voto; **10.2. Determinar à Origem** que observe com maior cautela a legislação atinente às Licitações e Contratos firmados com a Administração Pública, de maneira a instruir com precisão os ajustes futuros, com a ressalva de que o descumprimento à determinação desta Corte, realizada em caráter pedagógico, pode resultar em sanção mais gravosa; **10.3. Determinar à DICAMM** que: **10.3.1.** Acompanhe o cumprimento das determinações consignadas nestes autos; **10.3.2.** Acompanhe se a SEMULSP está dando cumprimento ao item 8.3. do Acórdão nº 792/2018-TCE-Tribunal Pleno (Processo nº 1570/2018-TCE-Tribunal Pleno). **10.4. Dar ciência** ao Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias sobre o deslinde do feito.

**PROCESSO Nº 15.214/2021 (Apenso: 12.291/2020)** - Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Raimunda Gomes Pinheiro, em face do Acórdão nº 452/2021-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 12.291/2020.

**ACÓRDÃO Nº 1326/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Pedido de Reconsideração interposto pela **Sra. Raimunda Gomes Pinheiro** em face do Acórdão nº 452/2021-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 12.291/2020; **8.2. Dar Provimento** ao Pedido de Reconsideração interposto pela **Sra. Raimunda Gomes Pinheiro**, reformando, em razão do saneamento das restrições n. 03, 04 e 06 do Relatório Conclusivo n. 50/2020-DICAD (fls. 276/296 dos autos apensos n. 12.291/2020), o Acórdão nº 452/2021-TCE-Tribunal Pleno com a exclusão da multa descrita no item 10.3, e mantendo os demais itens do citado decisório; **8.3. Dar ciência** do desfecho destes autos à parte recorrente à Sra. Raimunda Gomes Pinheiro.





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.18

**AUDITOR-RELATOR: ALÍPIO REIS FIRMO FILHO.**

**PROCESSO Nº 12.687/2016 (Apenso: 14.526/2016)** - Representação interposta pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE, para apurar possíveis irregularidades no repasse dos recursos às clínicas conveniadas com a Secretaria de Estado de Saúde - SUSAM.

**ACÓRDÃO Nº 1327/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que acolheu, em sessão, o voto proferido pelo Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação da **Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE** contra a **Secretaria de Estado de Saúde (SUSAM)**; **9.2. Julgar Procedente** a Representação formulada pela **Defensoria Pública do Estado do Amazonas - DPE** contra a **Secretaria de Estado de Saúde (SUSAM)**, haja vista déficit na prestação de serviços a favor de pacientes crônicos renais, devido à precariedade detectada ao cotejar as informações conflituosas prestadas tanto pela SUSAM, quanto pelo Hospital Santa Júlia, na forma do art. 288, da Resolução nº 04/2002; **9.3. Determinar** que a **Secretária de Estado de Saúde - SUSAM** e o **Hospital Santa Júlia** emitam certidão negativa e quitação dos montantes acordados entre eles, no tocante aos ajustes firmados de prestação de serviço público em prol dos pacientes renais crônicos e, posteriormente, que informem a esta. e. Corte de Contas acerca do cumprimento; **9.4. Considerar revel** o **Sr. Alexandre Bichara da Cunha**, Diretor-Presidente da Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ por ausência de resposta ao Ofício nº 128/2016-DICAD-AM (fls. 15).

**PROCESSO Nº 14.526/2016 (Apenso: 12.687/2016)** - Representação formulada pelo Ministério Público de Contas contra a Secretaria de Estado de Saúde - SUSAM, por forte suspeita de ilicitude e de antieconomicidade na celebração do Contrato nº 030/2016.

**ACÓRDÃO Nº 1328/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Julgar Procedente** a Representação formulada pelo Ministério Público de Contas contra a Secretaria de Estado da Saúde – SUSAM, haja vista a celebração do Contrato nº 030/2016 com a empresa Centro de Hemodiálise Ari Gonçalves LTDA-EPP - CEHMO, haja vista déficit de oferta de procedimento de hemodiálise aos pacientes do Sistema Único de Saúde-SUS, e caracterização de antieconomicidade do contrato, nos termos do art. 288, da Resolução nº 04/2002; **9.2. Determinar** que a Controladoria Geral do Estado do Amazonas - CGE, no prazo de 30 dias, instaure Tomada de Contas Especial em relação ao Contrato nº 30/2016 firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde - SUSAM com a empresa Centro de Hemodiálise Ari Gonçalves LTDA-EPP-CEHMO, nos termos do art. 9º c/c art. 35 da LOTCE/AM c/c a disposição da Seção III, da Tomada de Contas Especial, art. 195 seguintes da Resolução nº 04/2002; **9.3. Conceder Prazo à Secretaria de Estado da Saúde – SUSAM de 30 dias** para apresentar informações no que tange a novos serviços de hemodiálise a pacientes com doença renal crônica na rede estadual; **9.4. Dar ciência** ao Ministério Público de Contas e à Secretaria de Estado da Saúde – SUSAM, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002.





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.19

**PROCESSO Nº 12.571/2016** - Embargos de Declaração em Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Itapiranga, sob a responsabilidade do Sr. Nadiel Serrão do Nascimento, referente ao exercício de 2015. **Advogados:** Pedro Henrique Mendes Medeiro OAB/AM 16111, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428 e Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193.

**ACÓRDÃO Nº 1329/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Conhecer** dos Embargos de Declaração interposto pelo **Sr. Nadiel Serrão do Nascimento**, ex-Prefeito do Município de Itapiranga, na competência atribuída pelo item “1” da alínea “f” do inciso III do art. 11 c/c os arts. 148 e 149 da Resolução nº 4/2002-TCE; **7.2. Negar Provimento** aos Embargos de Declaração interposto pelo **Sr. Nadiel Serrão do Nascimento**, ex-Prefeito do Município de Itapiranga, em virtude da ausência de omissão no julgado e da improcedência da questão de ordem pública, mantendo, assim, integralmente o Acórdão nº 8/2021-Tribunal Pleno-TCE/AM; **7.3. Comunicar** o **Sr. Nadiel Serrão do Nascimento** e seus patronos sobre a decisão desta Corte de Contas.

**PROCESSO Nº 11.390/2017** - Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Uruará, sob a responsabilidade do Sr. Felipe Antônio, referente ao exercício de 2016. **Advogados:** Carlen Kryslen Kawamura Felipe – OAB/AM 7929, Andrey Kawamura Felipe, OAB/AM 9685, Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4331, Lívia Rocha Brito – OAB/AM 6474, Paulo Victor Vieira da Rocha – OAB/AM 540-A, Leandro Souza Benevides – OAB/AM 491-A, Bruno Giotto Gavinho Frota, OAB/AM 4514, Pedro de Araújo Ribeiro – OAB/AM 6935, Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10.428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Sousa – OAB/AM 14193.

**PARECER PRÉVIO Nº 19/2021: O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal: **10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas da prefeitura municipal de Uruará, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. Felipe Antônio**, ex-Prefeito Municipal de Uruará, em decorrência das irregularidades não sanadas, dos itens “01”, “02”, “03”, “06”, “07”, “08”, “09”, “10”, “11”, “12”, “13”, “14”, “15”, “16”, “17”, “18”, “19”, “20”, “22”, “23”, “24”, “25”, “27”, “28”, “29”, “30”, “31”, “36”, “37”, “38”, “39” e “40”, extraídos do Relatório Conclusivo da DICAMI, de fls. 8.278 a 8.320, e restrições de nº 7.2.3.2 e 7.2.3.4 – instrumento contratual, Contrato nº 035/2016, extraídos do Relatório Conclusivo nº 20/2018, acostado às fls. fls.744 a 761 e ainda as restrições nº 1 e 4 da Notificação nº 341/2017-DICAMI, retirados do Relatório Conclusivo da DICAMI, de fls. 8.278 a 8.320, e a restrição de nº 7.2.4.1 - referente ao Serviço (Calçada 8 cm – Item 2.1 da Planilha Orçamentária) e restrições de nº 7.2.3.2 e 7.2.3.4 – instrumento contratual, Contrato nº 035/2016) extraídos do Relatório Conclusivo nº 20/2018, acostado às fls. fls.744 a 761, nos termos do artigo 71, incisos I e II, da Constituição da República.

**ACÓRDÃO Nº 19/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.20

**Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que acolheu, em sessão, o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Determinar** instauração da Tomada de Contas Especial, no **prazo de 60 dias**, em face da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Uruará, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. Felipe Antônio**, ex-Prefeito Municipal de Uruará, nos termos do art. 9º c/c o art. 35 da Lei nº 2423/96 – Lei Orgânica, bem como do art. 195, caput e do art. 196, §3º, da Resolução nº 04/2002–RI-TCE/AM; **10.2. Determinar** que a **Câmara Municipal** julgue as Contas do Prefeito no prazo estabelecido pelo art. 127, §5º da Constituição do Estado do Amazonas; **10.3. Determinar** o encaminhamento de cópia dos autos ao **Ministério Público do Estado do Amazonas**, para que tome as medidas que entender cabíveis no que tange à possível improbidade administrativa.

**PROCESSO Nº 11.261/2018** - Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Itamarati, sob a responsabilidade do Sr. Antonio Francisco Libanio Cavalcante, referente ao exercício de 2017. **Advogado:** Marco Túlio Zaghi Pacheco – OAB/AM 8161 – Procurador Geral da Câmara de Itamarati.

**ACÓRDÃO Nº 1330/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara do Município de Itamarati/AM, exercício financeiro de 2017, sob a gestão do **Sr. Antonio Francisco Libanio Cavalcante**, com fulcro no artigo 22, III, "b", da Lei Estadual n. 2423/1996 (Lei Orgânica TCE/AM) e 188, §1º, III, "b", da Resolução nº 04/2002-TCE art, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais e ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, conforme as irregularidades descritas no Relatório/Voto; **10.2.** De acordo com voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **aplicar multa** ao **Sr. Antonio Francisco Libanio Cavalcante** no valor de **R\$14.000,00** (quatorze mil reais) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, atualizada pela Resolução nº 04/2018, que, alterou o Regimento Interno, nos termos do artigo 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM c/c art. 54, incisos II, da Lei estadual n.º 2423/96-LOTCE/AM, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza fiscal, contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, em razão das normas violadas nos itens 11 e seguintes do Relatório/Voto, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Determinar à Origem**, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que: **10.3.1.** Cumpra as exigências legais, em especial da Lei Federal n. 8.666/93 e da Lei Federal n. 14.133/2021, no tocante às obras e serviços de engenharia, bem com a Resolução 27/2012-TCE/AM - Anexo II; **10.3.2.** Alimente o sistema e-Contas de forma adequada e nos prazos corretos; **10.3.3.** Observe, por





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.21

último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas, acarretará o julgamento da irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do §1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM. **10.4. Dar ciência** ao Ministério Público do Estado do Amazonas de cópia dos autos para apuração de possíveis ilícitos cíveis e criminais pertinentes ao objeto desta Prestação de Contas, conforme art. 22, §3º, da LOTCE/AM; **10.5. Dar ciência** ao Sr. Antonio Francisco Libanio Cavalcante, acerca desta decisão, ficando autorizada a emissão de uma nova notificação ao Interessado caso a primeira seja frustrada.

**PROCESSO Nº 10.925/2019** - Denúncia interposta pelo Sr. Gilmar de Souza em face da Prefeitura Municipal de Apuí, acerca de irregularidades referentes à servidora comissionada, Sra. Leonilda Laski da Rocha.

**ACÓRDÃO Nº 1331/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 5º, inciso XII e art. 11, inciso III, alínea “c”, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** a Denúncia interposta pelo **Sr. Gilmar de Souza** em face do Sr. Antônio Roque Longo, prefeito do município de Apuí, acerca de irregularidades na concessão de licença à servidora comissionada, Sra. Leonilda Laski da Rocha Supi por preencher os requisitos de admissibilidade contidos no art. art. 279, §2º e incisos da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM), para, no mérito; **9.2. Julgar Improcedente** a Denúncia interposta pelo Sr. Gilmar de Souza em face do Sr. Antônio Roque Longo, prefeito do município de Apuí, acerca de irregularidades na concessão de licença à servidora comissionada, Sra. Leonilda Laski da Rocha Supi, decorrente regularidade e legalidade dos pagamentos à ex-servidora; **9.3. Dar ciência** a Sra. Leonilda Laski da Rocha Supi e ao Sr. Antônio Roque Longo acerca da decisão, ficando autorizado a emissão de uma nova notificação aos Interessados caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM); **9.4. Arquivar** os autos.

**PROCESSO Nº 11.282/2019** - Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Apuí, sob a responsabilidade do Sr. Antônio Roque Longo, Gestor da Prefeitura Municipal de Apuí, referente ao exercício de 2018.

**PARECER PRÉVIO Nº 20/2021: O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição no 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, à **unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal: **10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Apuí, exercício 2018, sob a responsabilidade do **Sr. Antônio Roque Longo**, ex-prefeito da municipalidade, haja vista as Questões de Auditoria (QA) 1.1.1, 1.1.2, 1.1.3, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 3.1.1, 3.1.2, 3.1.4, 4.1.1, 4.1.2, 4.1.4, 4.1.5, 5.1.1, 5.1.2, 5.1.3, 5.1.4, 5.1.5, 6.1.1, 6.2.1, 7.1.1, 7.1.2, 8.1.1, 8.1.2, 9.1.1, 9.1.2, 10.1.1, 10.1.2, 11.1.1, 11.1.2, 13.1.1 e 13.2.1 do Relatório Conclusivo nº 16/2020-DICOP (fls. 6937/6956) e os Achados de Auditoria nº 04, 05, 08, 09, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 24, 25, 26, 28, 29, 31 do Relatório Conclusivo nº 113/2020-DICAMI (fls. 6957/7086), nos termos do artigo 71, incisos I e II, da Constituição da República.

**ACÓRDÃO Nº 20/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.22

TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que acolheu, em sessão, o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Determinar** a instauração de Tomada de Contas Especial, no **prazo de 60 dias**, em face da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Apuí, exercício 2018, sob a responsabilidade do **Sr. Antônio Roque Longo**, ex-prefeito da municipalidade, na forma do art. 9º c/c o art. 35 da Lei nº 2423/96 – Lei Orgânica, bem como do art. 195, caput e do art. 196, §3º, da Resolução nº 04/2002–RI-TCE/AM; **10.2. Determinar** que a **Câmara Municipal** julgue as Contas do Prefeito no prazo estabelecido pelo art. 127, §5º da Constituição do Estado do Amazonas; **10.3. Determinar** o encaminhamento de cópia dos autos ao **Ministério Público do Estado do Amazonas**, para que tome as medidas que entender cabíveis no que tange à possível improbidade administrativa.

**PROCESSO Nº 11.673/2019 (Apenso: 11.567/2019)** - Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP, sob a responsabilidade do Sr. João Bosco Gomes Saraiva, Sr. Anezio Brito de Paiva e Sr. Amadeu da Silva Soares Júnior, referente ao exercício de 2018.

**ACÓRDÃO Nº 1332/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do **Sr. João Bosco Gomes Saraiva**, (período de 01/01/2018 a 06/04/2018), **Sr. Anezio Brito de Paiva** (06/04 a 08/10/2018) e **Sr. Amadeu da Silva Soares Júnior** (09/10/2018 a 31/12/2018), ex-Secretários de Estado de Segurança Pública, nos termos do art. 188. § 1º, inciso II c/c art. 22, II da Lei nº 2.423/96; **10.2. Determinar** nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que: **10.2.1.** À atual gestão da Secretaria de Estado da Segurança Pública que adote as medidas cabíveis para observar os Princípios Orçamentários da Programação, Unidade e Especialidade, para sanear os problemas de desequilíbrio financeiro-orçamentário, buscando reduzir seu passivo e tornar superavitário seu próprio Balanço Patrimonial, e observar estritamente o disposto no art. 42 da LRF, de modo que só realize inscrição de despesas em Restos a Pagar quando houver efetivamente disponibilidade orçamentária em seu próprio caixa para a quitação da dívida no exercício subsequente; **10.2.2.** A Secretaria que, quando da prorrogação contratual, seja obedecida as regras de pesquisa de preços no mercado, conforme IN nº 05/2014 MPOG, com redação dada pela IN nº 03/17; **10.2.3.** A remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para apuração de possíveis ilícitos cíveis e criminais pertinentes ao objeto desta Prestação de Contas, conforme art. 22, §3º, da LOTCE/AM; **10.2.4.** Dar ciência aos senhores Amadeu da Silva Soares, João Bosco Gomes Saraiva e Anézio Brito Paiva, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão que for proferido pelo e. Tribunal para que tomem ciência do decisório.

**PROCESSO Nº 16.754/2019** - Representação oriunda da Manifestação nº 432/2019–Ouvidoria, em face do Sr. Rubem Vales Barbosa, acerca de possíveis irregularidades na acumulação de cargos na Prefeitura Municipal de Novo Airão.

**ACÓRDÃO Nº 1333/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Julgar Procedente** a Representação oriunda da Manifestação n. 432/2019 – Ouvidoria, para considerar em acúmulo ilícito





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.23

de cargos públicos o Sr. Rubem Vales Barbosa junto à FVS (Agente de Endemias) e à Prefeitura Municipal de Novo Airão (Chefe de Seção), no período de 04/12/2018 a 02/07/2020; **9.2. Considerar revel o Sr. Rubem Vales Barbosa**, Servidor, Sra. Rosemary Costa Pinto, Diretora – Presidente da FVS/AM e o Sr. Roberto Frederico Paes Junior, Prefeito do Município de Novo Airão, nos termos, nos termos do §4º da Lei 2.423/1996. [1] § 4º - O responsável que não atender a notificação ou intimação no prazo estabelecido e improrrogável será considerado revel pelo Tribunal, dando-se prosseguimento ao processo; **9.3. Aplicar Multa ao Sr. Roberto Frederico Paes Junior**, Prefeito do Município de Novo Airão, no valor de **R\$ 14.000,00** (quatorze mil reais), com fundamento no art. 54, VI da Lei Orgânica do TCE/AM e art. 308, VI do Regimento Interno, levando em conta o valor e redação atualizados. Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.4. Determinar** a FVS instaurar processo administrativo disciplinar para apurar os prejuízos causados pelos pagamentos dos salários, caso, não tenha havido prestação de serviços do servidor, por possível incompatibilidade de horário; **9.5. Dar ciência** ao Sr. Rubem Vales Barbosa, Servidor, Sra. Rosemary Costa Pinto, Diretora – Presidente da FVS/AM e o Sr. Roberto Frederico Paes Junior, Prefeito do Município de Novo Airão sobre a decisão desta Corte de Contas; **9.6. Remeter** os autos à DERE para que efetue os procedimentos previstos no art. 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.

**PROCESSO Nº 17.433/2019** - Representação oriunda da Manifestação nº 481/2019–Ouvidoria, em face da Prefeitura Municipal de Novo Airão, acerca de possíveis irregularidades envolvendo fraude em procedimentos licitatórios no Município.

**ACÓRDÃO Nº 1334/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação formulada pela Secretaria Geral de Controle Externo-SECEX em face dos senhores Amadeu Carvalho de Souza, Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Novo Airão, à época, e Roberto Frederico Paes Junior, Prefeito Municipal de Novo Airão à época, nos termos do art. 1º, da Lei nº. 2423/96-LOTCE/AM; **9.2. Julgar Procedente** a Representação formulada pela Secretaria Geral de Controle Externo-SECEX em face dos senhores Amadeu Carvalho de Souza, Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Novo Airão, à época, e Roberto Frederico Paes Júnior, Prefeito Municipal de Novo Airão à época, em razão da ausência de publicação de documentos pertinentes aos atos homologatórios e extrato do contrato oriundo do Convite n.º 02/2019, em afronta ao art. 37, da Constituição Federal c/c o art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/1993; **9.3. Considerar revel** os senhores **Amadeu Carvalho de Souza e Roberto Frederico Paes Júnior**, para todos os efeitos, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. 88, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM; **9.4. Aplicar Multa ao Sr. Amadeu Carvalho de Souza**, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.24

termos do art. 54, inciso VI, da Lei n.º 2.423/1996-LOTCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, em razão da inobservância da publicação dos atos homologatórios e extrato do Convite n.º 02/2019, conforme regra disposta no art. 37 da Constituição Federal c/c art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/1993, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.5. Aplicar Multa ao Sr. Roberto Frederico Paes Junior**, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, inciso VI, da Lei n.º 2.423/1996-LOTCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, em razão da inobservância da publicação dos atos homologatórios e extrato do Convite n.º 02/2019, conforme regra disposta no art. 37 da Constituição Federal c/c art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8666/1993, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.6. Determinar** à atual gestão a remessa, a esta Corte de Contas, de todo o processo licitatório referente ao Convite n.º 02/2019 e eventual Contrato formalizado entre as partes, para exame juntamente com a prestação de contas anual; **9.7. Dar ciência** aos senhores Roberto Frederico Paes Junior e Amadeu Carvalho de Souza, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão, para que tome ciência do decisório. Após o julgamento, os autos sejam apensados à Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Novo Airão, exercício de 2019, para servir como peça informativa.

**PROCESSO Nº 11.248/2020 (Apenso: 11.249/2020)** - Denúncia interposta pelo Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos, referente à ausência de prestação de Contas do Termo de Convênio nº 007/2011, firmado entre a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus - SEINFRA e a Prefeitura de Codajás. **Advogados:** Renata Braga de Alencar – OAB/AM 6832 e Ingrid Godinho Dodô - OAB/AM 09425.

**ACÓRDÃO Nº 1335/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 5º, inciso XII e art. 11, inciso III, alínea “c”, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1.**







Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.25

**Comunicar** os responsáveis da decisão, em especial o Sr. Agnaldo da Paz Dantas, prefeito, à época, da Prefeitura Municipal de Codajás; **9.2. Julgar Procedente** a Denúncia pela ausência de prestação de contas do convênio, firmado entre a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus - SEINFRA e a Prefeitura de Codajás, mas com imputação das consequências jurídicas nos autos n. 11.249/2020, para se evitar bis in idem; **9.3. Conhecer** a Denúncia interposta pelo Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos gestor, à época, da Prefeitura Municipal de Codajás em face do Termo de Convênio nº 007/2011, referente a ausência de prestação de contas, firmado entre a SEINFRA e o Município de Codajás, exarado nos autos do processo TCE nº 11.248/2020 (processo físico 2524/2014).

**PROCESSO Nº 11.249/2020 (Apenso: 11.248/2020)** - Tomada de Contas Especial, referente ao Termo de Convênio nº 007/2011, firmado entre a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus - SEINFRA e a Prefeitura de Codajás. **Advogados:** Ingrid Godinho Dodô - OAB/AM 9425, Joyce Vivianne Veloso de Lima – OAB/AM 8679 e Filipe de Freitas Nascimento – OAB/AM 6445.

**ACÓRDÃO Nº 1336/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 15, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade, em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Julgar ilegal** o Termo de Convênio 007/2011-SEINFRA/Prefeitura Municipal de Codajás, firmado em 14/03/2011, entre a Prefeitura Municipal de Codajás e a SEINFRA, cujo objeto era a Infraestrutura viária no município de Codajás para combate à dengue, localizada no Município de Codajás/AM, conforme análise do Relatório/Voto; **8.2. Julgar irregular** a Tomada de Contas Especiais do Sr. Agnaldo da Paz Dantas, responsável pela Prefeitura de Codajás, à época conveniente, no curso do exercício 2011, relativa ao Termo de Convênio 007/2011 SEINFRA/Prefeitura Municipal de Codajás, firmado em 14/03/2011, entre a Prefeitura Municipal de Codajás e a SEINFRA, cujo objeto era a Infraestrutura viária no município de Codajás para combate à dengue, localizada no Município de Codajás/AM, em virtude das irregularidades não sanadas do Relatório nº 248/2016-DICOP e Laudo Técnico Conclusivo DEATV 186/2021; **8.3. Considerar revel** o Sr. Agnaldo da Paz Dantas, prefeito à época, por não apresentar razões de defesa no prazo regimental, deixando de atender à notificação nº 117/2019-DEATV desta Corte de Contas, com fundamento no artigo 20, §4º da Lei nº 2.423/96; **8.4. Considerar em Alcance** ao Sr. Agnaldo da Paz Dantas no valor de **R\$249.577,00** (duzentos e quarenta e nove mil, quinhentos e setenta e sete reais), nos termos do art. 304, inciso III da resolução 04/2020/TCE-AM por não cumprimento da impropriedade XIII, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance/glosa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **8.5.** De acordo com voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **aplicar Multa** ao Sr. Agnaldo da Paz Dantas no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM e fixar





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.26

**prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **8.6.** De acordo com voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **aplicar multa** ao **Sra. Waldívia Ferreira Alencar** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **8.7. Dar ciência** ao Sr. Agnaldo da Paz Dantas, à Sra. Waldívia Ferreira Alencar bem como a seus patronos sobre a decisão desta Corte de Contas; **8.8. Determinar** que os autos sejam remetidos à DEREDE para que efetue os procedimentos previstos no art. 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.

**PROCESSO Nº 13.586/2020** - Representação com pedido de Medida Cautelar formulada pelo Ministério Público de Contas em vista de possíveis irregularidades por terceirização abusiva, inválida e temerária mediante o Convênio nº 33/2015, firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC e a Associação de Pais, Mestres e Comunitários da Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima. **Advogados:** Kennedy Monteiro de Oliveira – OAB/AM 7389, Joyce Viviane Veloso de Lima – OAB/AM 8679, José Raimundo Monteiro da Silva – OAB/AM 9490, Norma Barboza Araújo – OAB/AM 2845 e Almir da Silva Prestes – OAB/AM 13608.

**ACÓRDÃO Nº 1337/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação com pedido de medida cautelar, apresentada pelo Ministério Público de Contas em face ao convênio nº 33/2015 firmado entre a SEDUC e a Associação de Pais, Mestres e Comunitários da Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima – APMC por preencher os requisitos de admissibilidade nos termos do art. 288 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **9.2. Julgar Procedente** a Representação com pedido de medida cautelar, apresentada pelo Ministério Público de Contas em face ao convênio nº 33/2015 firmado entre a SEDUC e a





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.27

Associação de Pais, Mestres e Comunitários da Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima – APMC decorrente da permanência da ilegalidade na formalização do Termo de Convênio, por não atender os requisitos mínimos para a realização de contratos com o Poder Público: **9.2.1.** Plano de Trabalho; **9.2.2.** Plano de Trabalho; **9.2.3.** Critério de Seleção da Entidade Parceira. **9.3. Considerar revel** os Srs. Julio Cruz Rosa, Ivan Donizete Farias de Oliveira, Cristóvão da Silva Brandão, Adevaldo Souza de Moraes, Roberto Nascimento da Silva, Almir da Silva Prestes, Diemis Bentes Arruda, Euclides Rasori Neto e Fernando de Sousa Régis nos termos do art. 20, §4º da Lei nº 2.423/96; **9.4. Determinar** o apensamento deste processo nos autos do Processo nº 12.563/2021 para que seja analisada a economicidade da contratação; **9.5. Dar ciência** ao Sr. Jose Augusto de Melo Neto, ao Sr. Julio Cruz Rosa, Sr. Ivan Donizete Farias de Oliveira, Sr. Cristóvão da Silva Brandão, Sr. Adevaldo Souza de Moraes, Sr. Roberto Nascimento da Silva, Sr. Almir da Silva Prestes, Sr. Diemis Bentes Arruda, Sr. Euclides Rasori Neto e Sr. Fernando de Sousa Régis e seus respectivos patronos acerca da Decisão, ficando autorizado a emissão de uma nova notificação aos Interessados caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM).

**PROCESSO Nº 12.212/2021** - Consulta interposta pela Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos - MANAUSCULT acerca da possibilidade de pagamento de cachê artístico às Escolas de Samba, Bandas, Blocos de Ruas, Grupos Folclóricos (Boi Bumbá, Ciranda e outras manifestações culturais).

**ACÓRDÃO Nº 1338/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art. 5º, inciso XXIII, art. 11, inciso IV, alínea “f”, art. 274, art. 275 e art. 278, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Responder** a consulta formulada pelo Sr. Bernardo Soares Monteiro, Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos - MANAUSCULT, nos seguintes termos: **9.1.1.** É possível o pagamento de cachê a Agremiações Carnavalescas/Folclóricas mediante empresa contratada através de procedimento licitatório? **9.1.2.** Não, não é possível a contratação de empresa para pagamento de caches, pois caracterizaria a Administração Pública como simples repassadora de recursos, inviabilizando o controle do gasto público. Todavia, se a finalidade da consulta era a contratação de empresa para a realização de evento, terceirizando os serviços artísticos, entendo viável a contratação, respeitando os moldes licitatórios e suas exceções, nos termos do art. 22, inciso IV c/c art. 22, §4º ou art. 25, inciso III, da Lei federal nº 8.666/1993.

**PROCESSO Nº 12.311/2021** - Consulta realizada pela Câmara Municipal de Parintins sobre a possibilidade de instituição da cota para exercício de atividade parlamentar no âmbito das Câmaras Municipais.

**ACÓRDÃO Nº 1339/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art. 5º, inciso XXIII, art. 11, inciso IV, alínea “f”, art. 274, art. 275 e art. 278, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Responder** da Consulta formulada a esta egrégia Corte de Contas pelo Sr. Mateus Ferreira Assayag, Presidente da Câmara Municipal de Parintins/AM, nos seguintes termos: **É legal o pagamento de cota para o exercício de atividade parlamentar a parlamentares das câmaras municipais, destinada ao custeio de gastos efetivamente realizados durante o exercício do mandato, observando o limite constitucional para despesas da Câmara Municipal?** Sim, há legalidade no pagamento da CEAP a vereadores da câmara municipal





para o exercício da atividade parlamentar, desde que seja observado o limite constitucional, conforme dispõe o art. 37, §11, da CF/88 e sejam preenchidos demais requisitos legais para utilizar a cota parlamentar, tais como publicidade, transparência e prestação de contas do uso desses recursos em meios oficiais (sítios eletrônicos). **A utilização da denominada cota deverá obrigatoriamente ser instituída por meio de Lei Municipal, ou poderá ser instituída através de Resolução ou Ato da Mesa Diretora?** O instrumento cabível para instituir a CEAP é Lei Municipal, devendo ser regulamentada pelo Ato da mesa Diretora da Câmara Municipal. **A fim de garantir que a cota para o exercício de atividade parlamentar será destinada ao ressarcimento de despesas suportadas diretamente pelos agentes políticos no âmbito de suas atividades funcionais, quais são os critérios para a sua instituição?** Os critérios de instituição da cota para o exercício de atividade parlamentar devem estar definidos na lei de sua criação, desde que observem os requisitos e limites dispostos no art. 37, §11, da CF/88, na Lei Orgânica do Município de Parintins, na Lei nº 101/200 e eventual resolução desta Corte de Contas que venha a dispor sobre o tema. **E de forma objetiva, para esse Egrégio Tribunal de Contas, quais são as despesas não passíveis de pagamento com a referida verba?** A definição das despesas não suportadas pela CEAP, é uma atribuição da Casa Legislativa no âmbito Municipal, que deve se restringir a uma espécie de indenização de gastos relacionados com o exercício e em função do mandato. **Em caso afirmativo, podendo conceder a cota para exercício de atividade parlamentar, essa pode ser utilizada para pagamento de despesas com abastecimento de veículo particular de vereador, já que no caso da Câmara Municipal de Parintins, os vereadores utilizam seu próprio veículo para suas atividades parlamentares?** Sim, é possível abastecer veículo particular de vereador, desde que esse veículo esteja sendo utilizado para o exercício de atividades parlamentares, bem como esteja acompanhado das notas fiscais dos serviços realizados para a devida prestação de contas. Frisa-se que os critérios para utilizar a CEAP devem estar estabelecidos em Lei Municipal instituída pela própria Casa Legislativa, desde que atendidos os demais requisitos legais para utilizar a cota parlamentar, tais como publicidade, transparência e prestação de contas do uso desses recursos em meios oficiais (sítios eletrônicos). Além disso, é viável, neste caso, estabelecer, por exemplo, um limite mensal de gastos com combustíveis na Lei Municipal que criar e regulamentar a CEAP. **Durante o Recesso Parlamentar é possível realizar o pagamento da cota para o exercício de atividade parlamentar aos vereadores?** Sim, é possível utilizar o pagamento da cota, inclusive durante o recesso parlamentar, caso as despesas tenham relação com o exercício do mandato e sejam utilizadas no decorrer do mesmo período do exercício financeiro. Frisa-se que os critérios para utilizar a CEAP devem estar definidos em Lei Municipal instituída pela própria Casa Legislativa. **É possível a cumulação da cota para exercício de atividade parlamentar a outros benefícios, verbas ou cotas?** Sim, é possível a acumulação da concessão da CEAP apenas quando decorrerem de fatos geradores distintos, cujas despesas são indenizadas sob formas diversas. Insta salientar que a própria Casa Legislativa deve criar e regulamentar, por meio de Lei Municipal, os limites para conceder e utilizar a CEAP. **Em observância ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, em se tratando de serviço, inclusive de publicidade, e/ou compras, e/ou locação, decorrentes da cota para exercício de atividade parlamentar, é obrigatório que sejam realizados por meio de procedimento licitatório?** Sim, despesas regulares e previsíveis referentes a serviços, compras e alienações devem ser contratados mediante processo de licitação pública, inclusive quando estas despesas forem decorrentes da cota para exercício de atividade parlamentar, conforme disposto no artigo 37, inciso XXI da CF/88. Insta salientar que estas despesas devem ser planejadas e executadas pela administração da Câmara, por meio do Ordenador de Despesa, cuja competência privativa é do Presidente da Câmara. **Quais os principais critérios de aceitação para prestação de contas?** A prestação de contas deve ser apresentada de acordo com os critérios estabelecidos em Lei devendo ser fixados pela Casa Legislativa respectiva, em que há a obrigatoriedade do próprio parlamentar responsabilizar-se pela administração dos recursos da CEAP que lhe forem disponibilizados, bem como pela prestação de contas ao controle interno. **A publicação das prestações de contas poderá ser publicada no sítio eletrônico da Câmara Municipal em campo específico para tal?** As prestações de contas necessitam ser





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.29

apresentadas em conformidade com os critérios estabelecidos pela Casa Legislativa respectiva por meio de Lei Municipal que crie e regule a CEAP, e devem ser publicadas no sítio eletrônico da Câmara Municipal na aba denominada “Transparência”. **No período eleitoral é possível continuar com o pagamento da cota aos vereadores, especialmente aos que vierem a ser candidatos?** Os recursos da CEAP compreendem a duração do mandato do parlamentar, podendo ser utilizados inclusive durante o período eleitoral no exercício da função parlamentar, entretanto é vedado o uso da CEAP para despesas de caráter eleitoral. Entretanto, salienta-se que a própria Casa Legislativa deve criar e regulamentar, por meio de Lei Municipal, os limites para conceder e usar a CEAP, sendo vedado utilizar esta cota para despesas de caráter eleitoral.

**PROCESSO Nº 12.628/2021 (Apenso: 15.763/2020)** - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Jório de Albuquerque Veiga Filho, em face do Acórdão nº 95/2021-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 15.763/2020. **Advogados:** Jessica Naiany Tavares Barros -OAB/AM 9547 e Carlos Augusto de Souza Marques Junior – OAB/AM 9197.

**ACÓRDÃO Nº1340/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Jório de Albuquerque Veiga Filho**, Secretário da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEDECTI, por preencher os requisitos de admissibilidade do art. 154 da Resolução 04/2002 c/c art. 62 da Lei nº 2423/96; **8.2. Negar Provedimento** ao Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Jório de Albuquerque Veiga Filho**, Secretário da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEDECTI, mantendo na totalidade o Acórdão nº 95/2021-TCE-Tribunal Pleno, exarado no processo nº 15.763/2020; **8.3. Notificar** o Sr. Jório de Albuquerque Veiga Filho, bem como seus patronos com cópia do Relatório/Voto e Acórdão, para que tome ciência do decisório; Após as formalidades cabíveis, que seja retomada a execução do julgado no processo originário. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

**PROCESSO Nº 13.978/2021 (Apenso: 13.557/2020)** - Recurso Ordinário interposto pela Sra. Luciene da Silva Souza, em face do Acórdão nº 23/2021-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 13.557/2020. **Advogado:** Cárita Martins Borges Pedoroso - OAB/AM 7310.

**ACÓRDÃO Nº1341/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso Ordinário interposto pela **Sra. Luciene da Silva Souza**, em face do Acórdão nº 23/2021-TCE-Primeira Câmara, exarada nos autos do Processo nº 13.557/2020, apenso, fls. 103/104, por preencher os requisitos de admissibilidade do artigo 59, I e 60 da Lei nº 2423/96 (LO-TCE/AM) c/c artigo 151, parágrafo único, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM; **8.2. Dar Provedimento** ao Recurso Ordinário interposto pela **Sra. Luciene da Silva Souza**, em face do Acórdão nº 23/2021-TCE-Primeira Câmara, exarada nos autos do Processo nº 13.557/2020, apenso, fls. 103/104, para reconhecer a legalidade da aposentadoria da Sra. Luciene da Silva Souza, no cargo de agente administrativo A-III-II, matrícula nº 081.543-8B, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão - SEMAD, com subsequente registro; **8.3. Determinar** ao SEPLENO que adote as providências previstas no





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.30

art. 161, caput, do Regimento Interno (Resolução nº 04/2002); e **8.4. Arquivar** o processo, após o cumprimento de todas as formalidades legais. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

**PROCESSO Nº 14.616/2021 (Apenso: 14.406/2017)** - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Eduardo Costa Taveira, em face do Acórdão nº 413/2021-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 14.406/2017.

**ACÓRDÃO Nº1342/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Eduardo Costa Taveira**, Secretário de Estado do Meio Ambiente, na competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM; **8.2. Negar Provimento** ao Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Eduardo Costa Taveira**, Secretário de Estado do Meio Ambiente, mantendo na totalidade o Acórdão nº 413/2021-TCE-Tribunal Pleno exarado no Processo nº 14.406/2017, pelos fatos e fundamentos apresentados no Relatório/Voto; **8.3. Dar ciência** ao Sr. Eduardo Costa Taveira com cópia do Relatório/Voto e Acórdão, para que tome ciência do decisório.

**PROCESSO Nº 14.822/2021 (Apenso: 11.629/2018)** - Recurso de Reconsideração interposto pelo Ministério Público de Contas, em face do Acórdão nº 729/2021-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.629/2018.

**ACÓRDÃO Nº1343/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Dar Conhecimento** ao Recurso de Reconsideração interposto pelo **Ministério Público de Contas - MPC**, por intermédio do Procurador de Contas Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, em face do Acórdão nº 729/2021-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.629/2018 (apenso); **8.2. Negar Provimento** ao Recurso do **Ministério Público de Contas**, mantendo a Acórdão nº 729/2021-TCE-Tribunal Pleno exarada nos autos do Processo nº 11.629/2018, por meio do qual julgou pela improcedência da Representação. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

**AUDITOR-RELATOR: LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES.**

**PROCESSO Nº 12.430/2020** - Prestação de Contas Anual do Serviço de Pronto Atendimento Alvorada - SPA Alvorada, de responsabilidade da Sra. Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza, referente ao exercício de 2019.

**ACÓRDÃO Nº 1345/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza**, Diretora-Geral e Ordenadora da Despesa do Serviço de Pronto Atendimento Alvorada (SPA ALVORADA), exercício de 2019, nos termos do art. 22, inciso I da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso I e § 1º, inciso I da Resolução nº





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.31

04/2002-RITCEAM, por dispensar licitação fora das hipóteses previstas em lei (questionamento nº 04 da DICAD); **9.2. Aplicar Multa a Sra. Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza** no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) nos termos do art. 54, inciso VII da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, por dispensar licitação fora das hipóteses previstas em lei (questionamento nº 04 da DICAD). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da LOTCEAM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.3. Dar ciência à Sra. Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza**, acerca do julgado.

**PROCESSO Nº 16.746/2020** – Representação interposta pelo Sr. Péricles Rodrigues do Nascimento, Deputado Estadual, solicitando inspeção extraordinária na Imprensa Oficial do Estado do Amazonas para fiscalizar a legalidade da Portaria nº 0075/2020-GDP/IOA que declarou dispensável o procedimento licitatório, nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, para locação de equipamentos gráficos em caráter de urgência.

**ACÓRDÃO Nº 1346/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Não conhecer** da Representação apresentada pelo Deputado Estadual Péricles Rodrigues do Nascimento, em face do Sr. João Ribeiro Guimarães Júnior, Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas - IO, ante a revogação da dispensa de licitação em questão, com consequente perda do objeto; e **9.2. Dar ciência** deste decisum ao representante, Sr. Péricles Rodrigues do Nascimento, e ao representado, Sr. João Ribeiro Guimarães Júnior, Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas - IO.

**PROCESSO Nº 10.499/2021** - Representação oriunda da Manifestação nº 020/2021 e Manifestação nº 308/2021- Ouvidoria, referente à solicitação de fiscalização dos contatos da empresa de segurança patrimonial do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário Florestal Sustentável do Amazonas – IDAM e ainda acerca de questionamentos sobre a convocação do Concurso Público Edital nº 01/2018.

**ACÓRDÃO Nº 1347/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação oriunda de Demanda da Ouvidoria (Manifestação nº 020/2021 e Manifestação nº 308/2021), encampada pela Secretaria Geral de Controle Externo – SECEX/TCE/AM, eis que presentes os requisitos de admissibilidade, nos termos do art. 288, caput, do RI-TCE/AM; **9.2. Julgar Parcialmente Procedente** esta representação, no que concerne à Manifestação nº 020/2021, oriunda de Demanda da Ouvidoria, encampada pela Secretaria Geral de Controle Externo – SECEX, eis que restou comprovado que o gestor do Instituto de





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.32

Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM de fato preteriu candidatos aprovados em concurso público para o cargo de vigia ao contratar empresa terceirizada para prestar serviço de vigilância patrimonial; **9.3. Julgar Improcedente** esta representação, no que concerne à Manifestação nº 308/2021, oriunda de Demanda da Ouvidoria, encampada pela Secretaria Geral de Controle Externo – SECEX/TCE/AM, eis que restou comprovado que o autor da manifestação não possui direito subjetivo à nomeação, pois não houve contratação de empresa terceirizada para prestar serviço de vigilância patrimonial no Polo para o qual prestou concurso público; **9.4. Dar ciência** deste Decisum à SECEX/TCE/AM e ao Sr. Valdenor Pontes Cardoso, Diretor Presidente do IDAM.

**PROCESSO Nº 12.217/2021 (Apenso: 11.717/2021)** - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Gean Campos de Barros, em face do Acórdão Administrativo nº 20/2021-Administrativa-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.717/2021. **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Pedro Henrique Mendes de Medeiros - OAB/AM 16111.

**ACÓRDÃO Nº 1348/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração, interposto pelo **Sr. Gean Campos de Barros**, Prefeito de Lábrea, por estarem preenchidos todos os requisitos de admissibilidade; **8.2. Negar Provedimento** ao Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Gean Campos de Barros**, considerando que a penalidade prevista no art. 54, inciso II, alínea a, da LO – TCE/AM, foi corretamente aplicada, dado que restou comprovado que o gestor, ainda que devidamente notificado, deixou de cumprir diligência determinada por esta Corte de Contas; e **8.3. Dar ciência** da decisão ao Sr. Gean Campos de Barros, por intermédio de seus advogados constituídos nos autos. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello (art. 65 do Regimento Interno).

**PROCESSO Nº 13.483/2021** - Representação com pedido de Medida Cautelar interposta pela empresa RF Serviços de Engenharia Ltda, em face do Sr. Reginaldo Nazaré da Costa, Prefeito de Anori, e da Comissão Municipal de Licitação do Município, tendo como responsável o Sr. Edvilson Freitas da Silva, em razão de possíveis irregularidades. **Advogados:** Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177, Adrimar Freitas de Siqueira Repolho - OAB/AM 8243, Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos - OAB/AM 8446, Ênia Jéssica da Silva Garcia - OAB/AM 10416, Ana Cecília Ortiz e Silva – OAB/AM 8387, Ana Carolina Costa Ortiz – OAB/AM 12390 e Marcos Levi de Oliveira Lima – OAB/AM 14731.

**ACÓRDÃO Nº 1349/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação apresentada pela RF Serviços de Engenharia Ltda – EPP, eis que presentes os requisitos de admissibilidade, nos termos do art. 288, caput, do RI-TCE/AM; **9.2. Julgar Parcialmente Procedente** esta representação apresentada pela RF Serviços de Engenharia Ltda – EPP, eis que ficou comprovado que a Administração da Prefeitura Municipal de Anori violou expressamente o art. 41, §1º, da Lei nº 8.666/93, na realização do Edital da Concorrência 002/2021, ao deixar de julgar e responder à impugnação realizada pela representante; **9.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Reginaldo Nazaré da Costa** no valor de **R\$ 3.413,59** (três mil, quatrocentos e treze reais e cinquenta e nove centavos), nos







Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.33

termos do art. 54, inciso II, alínea "a", da Lei Estadual nº 2.423/1996, por não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência ou decisão do Tribunal, vez que deixou de encaminhar cópia integral dos autos do processo administrativo referente à licitação realizada e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.4. Aplicar Multa ao Sr. Edvilson Freitas da Silva no valor de R\$ 3.413,59** (três mil, quatrocentos e treze reais e cinquenta e nove centavos) nos termos do art. 54, inciso II, alínea "a", da Lei Estadual nº 2.423/1996, por não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência ou decisão do Tribunal, vez que deixou de encaminhar cópia integral dos autos do processo administrativo referente à licitação realizada e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.5. Dar ciência** deste Decisum ao representante e aos representados, Sr. Reginaldo Nazaré da Costa e Sr. Edvilson Freitas da Silva, por intermédio de seus advogados constituídos.

### CONSELHEIRO-RELATOR CONVOCADO: ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR.

**PROCESSO Nº 12.671/2021 (Apensos: 11.471/2017 e 12.596/2019)** - Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Marco Antônio Ricci Correa Junior, em face do Acórdão nº 1266/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 12.596/2019. **Advogado:** Allan Carlos de Azevedo Viana Lima – OAB/AM 8850.

**ACÓRDÃO Nº 1350/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Revisão interposto pelo **Sr. Marco Antônio Ricci Correa Júnior** em face do Acórdão nº 1266/2019, exarado pelo Tribunal Pleno do TCE/AM, às fls. 112/113, no Processo nº 12.596/2019, por preencher os requisitos de admissibilidade dos arts. 59, IV, e 65, caput, da Lei nº 2423/1996 (LO-TCE/AM), c/c o art. 157, caput, e §2º da





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.34

Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM); **8.2. Dar Provimento Parcial** ao Recurso de Revisão interposto pelo **Sr. Marco Antônio Ricci Correa Júnior**, nos termos do art. 1º, XXI, da Lei nº 2423/1996 (LO-TCE/AM), minorando a multa do item 8.2.2 do Acórdão nº 1266/2019 para o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), mantendo os demais itens do referido Acórdão; **8.3. Dar ciência** ao **Sr. Marco Antônio Ricci Correa Júnior** e demais interessados, nos termos regimentais; **8.4. Arquivar** o processo após cumpridos os itens anteriores, nos termos regimentais. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

**PROCESSO Nº 13.482/2021 (Aposos: 13.469/2020, 13.470/2020 e 13.454/2020)** - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio em face do Acórdão nº 331/2021-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 13.454/2020. **Advogado:** Clotilde Miranda Monteiro de Castro - OAB/AM 8888.

**ACÓRDÃO Nº 1351/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** o Recurso Ordinário interposto pelo **Sr. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio**, Prefeito Municipal, à época, do Município de Autazes, em face do Acórdão nº 331/2021-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 13.454/2020, decisão esta que julgou ilegal o Termo de Convênio n.º 043/2014, firmado entre o Estado do Amazonas e o Município de Autazes, e também irregular a prestação de contas do referido convênio, bem como, aplicou multa ao Recorrente e o considerou em alcance; **8.2. Negar Provimento** ao Recurso interposto pelo **Sr. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio**, Prefeito Municipal, à época, do Município de Autazes, em face do Acórdão nº 331/2021-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 13.454/2020, mantendo-se, na íntegra, sua redação; **8.3. Dar ciência** ao Sr. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio, nos termos regimentais; **8.4. Arquivar** o processo após cumpridos os itens anteriores, nos termos regimentais. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

**PROCESSO Nº 14.219/2021** - Consulta interposta pelo Sr. Eduardo Jorge de Oliveira Alves sobre a possibilidade de extrapolação do limite de gastos da taxa de administração do RPPS para atender dívida confessada junto à Receita Federal do Brasil. **Advogado:** Lynneu Francisco Campos – OAB/AM 6789.

**ACÓRDÃO Nº 1352/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art. 5º, inciso XXIII, art. 11, inciso IV, alínea “f”, art. 274, art. 275 e art. 278, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Consulta formulada pelo **Sr. Eduardo Jorge de Oliveira Alves**, Diretor-Presidente do COARIPREV, dada a regular observância dos requisitos legais, referentes a tal medida; **9.2. Responder** a consulta formulada nos seguintes termos: **9.2.1.** A extrapolação do limite de gastos da Taxa de Administração do RPPS, em qualquer circunstância, é uma irregularidade grave, que acarretará a irregularidade das contas, multa ao gestor e devolução dos valores gastos indevidamente aos cofres do Instituto Previdenciário; **9.2.2.** O não pagamento de débitos atrasados com a Receita Federal é uma irregularidade grave, que demandará sanções contra o próprio Instituto Previdenciário, incluindo a revogação da autorização fornecida ao ente financeiro para vinculação do FPE ou FPM; **9.2.3.** Para evitar tanto a extrapolação do limite de gastos da Taxa de Administração do RPPS quanto o não pagamento de débitos atrasados com a Receita Federal, a atuação mais prudente será buscar o parcelamento de débitos parcelados anteriormente conforme previsto no art. 5º, § 7º da Portaria MPS nº 402/2008. **9.3. Dar ciência**





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.35

desta resposta ao Consulente, Sr. Eduardo Jorge de Oliveira Alves, Diretor-Presidente do COARIPREV, enviando-lhes cópias das manifestações da CONSULTEC (fls. 18/22), do MPC (fls. 23/26), deste Relatório/Voto e da ulterior Decisão; e **9.4. Arquivar** os autos, expirados os prazos legais.

### AUDITOR-RELATOR: ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR.

**PROCESSO Nº 14.120/2020** - Representação nº 87/2019-MP/FCVM interposta pelo Ministério Público de Contas contra o Sr. Gledson Hadson Paulain Machado, Prefeito Municipal de Nhamundá, e Sr. Cleudo Oliveira Tavares, vice-Prefeito.

**ACÓRDÃO Nº1356/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Representação interposta pelo Ministério Público de Contas em face do Sr. Gledson Hadson Paulain Machado, Prefeito Municipal de Nhamundá e Sr. Cleudo Oliveira Tavares, Vice-Prefeito, por supostas preterições de despesas essenciais para gastos com festividades, bem como em virtude de possíveis casos de nepotismo envolvendo a gestão municipal e diante da desatualização do Portal da Transparência da referida municipalidade; **9.2. Julgar Procedente** a Representação nº 87/2019-MPC-FCVM interposta pelo Ministério Público de Contas em face do Sr. Gledson Hadson Paulain Machado, Prefeito Municipal de Nhamundá e Sr. Cleudo Oliveira Tavares, Vice-Prefeito, por despesas ilegítimas da Prefeitura de Nhamundá com festejos da EXPONH 19 e por descumprimento de leis de transparência fiscal e acesso à informação; **9.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Gledson Hadson Paulain Machado**, Prefeito Municipal de Nhamundá, à época, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do inciso VI do art. 54 da Lei n.º 2423/1996 em razão da precariedade na gestão administrativa, afrontando os Princípios Constitucionais da Eficiência (art. 37, CF/88) e da Economicidade (art. 70, CF/88), realização de pagamento antes da prestação efetiva do serviço, em inobservância às normas contidas na Lei nº 4.320/64 e devido à falta de informações e desatualizações no Portal da Transparência da Prefeitura de Nhamundá, violando os dispositivos das leis de transparência fiscal e acesso à informação, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.4. Aplicar Multa** ao **Sr. Cleudo Oliveira Tavares**, Vice-Prefeito Municipal de Nhamundá, à época, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do inciso VI do art. 54 da Lei n.º 2423/1996 em razão da precariedade na gestão administrativa, afrontando os Princípios Constitucionais da Eficiência (art. 37, CF/88) e da Economicidade (art. 70, CF/88), realização de pagamento antes da prestação efetiva do serviço, em inobservância às normas contidas na Lei nº 4.320/64 e devido à falta de informações e desatualizações no Portal da Transparência da Prefeitura de Nhamundá, violando os dispositivos das leis de transparência fiscal e acesso à informação, que deverá ser recolhida no **prazo de**





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.36

**30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.5. Determinar** aos Srs. Gledson Hadson Paulain Machado e Cleudo Oliveira Tavares, que forneça informações a esta Corte de Contas a respeito dos possíveis servidores dos quais foi questionada a possível prática de nepotismo, sob pena de incidência de multa com base no art. 54, II, “a”, da Lei nº 2.423/1996; **9.6. Determinar** a atual prefeita de Nhamundá, Sra. Marina Pandolfo, que no prazo de 30 dias regularize o atendimento de transparência e acesso à informação nos termos determinados pela Lei nº 12527/2011 c/c LC nº 101/2000; **9.7. Dar ciência** aos Srs. Gledson Hadson Paulain Machado e Cleudo Oliveira Tavares e demais interessados, nos termos regimentais; **9.8. Arquivar** o processo após cumpridos os itens anteriores, nos termos regimentais.

**PROCESSO Nº 14.388/2021 (Apenso: 10.036/2018)** - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Eduardo Costa Taveira, em face do Acórdão nº 522/2020-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 10.036/2018.

**ACÓRDÃO Nº1353/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Eduardo Costa Taveira**; **8.2. Negar Provedimento** ao Recurso de Reconsideração interposto pela **Sr. Eduardo Costa Taveira**; **8.3. Notificar** o Sr. Eduardo Costa Taveira acerca da decisão deste Tribunal.

**PROCESSO: 14.451/2021 (Apenso: 11.202/2019)** - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Francivaldo Loureiro da Cruz, em face do Acórdão nº 829/2020-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.202/2019. **Advogado:** André de Souza Oliveira - OAB/AM 5219.

**ACÓRDÃO Nº1354/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Francivaldo Loureiro da Cruz**, por preencher os requisitos de admissibilidade dos arts. 59, II, e 62, caput, da Lei nº 2423/1996 (LO-TCE/AM), c/c o art. 154, caput, e § 2º da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM); **8.2. Dar Provedimento** ao Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Francivaldo Loureiro da Cruz**, no sentido de tornar nulo o Acórdão nº 829/2020-TCE-Tribunal Pleno, pela ausência nos autos do Voto/Vista condutor da decisão; **8.3. Notificar** o Sr. Francivaldo Loureiro da Cruz, por meio de seu Patrono, acerca da decisão deste Tribunal. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva e Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno).





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.37

**PROCESSO Nº 15.346/2021** - Consulta interposta pelo Sr. José Augusto Ferraz de Lima, em face da possibilidade da realização de adesões a atas de registro de preços de órgãos federais ou estaduais referente a obras, reformas e serviços de engenharias.

**ACÓRDÃO Nº1355/2021:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art. 5º, inciso XXIII, art. 11, inciso IV, alínea “f”, art. 274, art. 275 e art. 278, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da Consulta formulada pelo **Sr. José Augusto Ferraz de Lima**, Prefeito de Iranduba, dada a regular observância dos requisitos legais, referentes a tal medida; **9.2. Responder** à consulta formulada nos seguintes termos: “É juridicamente possível a adesão de municípios às atas de registro de preços de órgãos federais ou estaduais para obras, reformas e serviços de engenharia, desde que obedecidos os critérios previstos no art. 85, incisos e art. 86, §§2º e 3º, e seguintes da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei Geral de Licitações)”. **9.3. Dar ciência** desta resposta ao Consulente, **Sr. José Augusto Ferraz de Lima**, Prefeito de Iranduba, enviando-lhes cópias das manifestações da CONSULTEC (fls. 27/30), do MPC (fls. 31/38), deste Relatório/Voto e da ulterior Decisão; e **9.4. Arquivar** os autos, expirados os prazos legais.

**SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 18 de janeiro de 2022.

  
MIRTYL FERNANDES LEVY JUNIOR  
Secretário do Tribunal Pleno

### PRIMEIRA CÂMARA

#### PAUTAS

Sem Publicação

#### ATAS

Sem Publicação

#### ACÓRDÃOS

Sem Publicação

### SEGUNDA CÂMARA





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.38

### PAUTAS

Sem Publicação

### ATAS

Sem Publicação

### ACÓRDÃOS

Sem Publicação

## MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

### PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DAS ATIVIDADES MÊS DE DEZEMBRO DE 2021

#### I - PROCESSOS RECEBIDOS NO MÊS:

Foram recebidos, no mês de dezembro do ano de 2021, para exame do Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas, **716 (setecentos e dezesseis)**, processos da competência do Tribunal Pleno e da 1ª e 2ª Câmara.

#### II - PROCESSOS EXAMINADOS NO MÊS, POR PROCURADORIA:

**Tabela 1:** Demonstrativo Mensal das atuações dos Procuradores em Processos

PROCURADORIAS	REMANESCENTES DO MÊS DE NOVEMBRO/2021	PROCESSOS RECEBIDOS		PARECERES	OUTRAS MANIFESTAÇÕES	SEM MANIFESTAÇÕES	TOTAL	PROCESSOS PENDENTES DE MANIFESTAÇÃO
		DISTRIBUÍDOS	RETORNO					
PROCURADORIA-GERAL	0	23	32	9	1	45	55	0
1ª PROCURADORIA	33	62	16	57	5	24	86	25
2ª PROCURADORIA	143	34	52	45	18	15	78	151
3ª PROCURADORIA	43	66	14	50	10	21	81	42
4ª PROCURADORIA	0	62	11	39	11	23	73	0
5ª PROCURADORIA	11	46	16	41	12	20	73	0
6ª PROCURADORIA	8	50	12	31	4	23	58	12
7ª PROCURADORIA	45	57	38	54	24	44	122	18
8ª PROCURADORIA	20	45	15	61	4	15	80	0
9ª PROCURADORIA	10	61	4	52	2	21	75	0
TOTAL	313	506	210	439	91	251	781	248





# Diário Oficial Eletrônico

## Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.39

### III - OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

PROCURADORIA	RECURSOS	REPRESENTAÇÃO / DENÚNCIAS	AUDIÊNCIA / VISTORIA	OFÍCIOS REQUISITÓRIOS	PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS	RECOMENDAÇÕES	ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	MANIFESTAÇÕES PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	MANIFESTAÇÕES PROCESSOS APENSOS	MANIFESTAÇÕES COBRANÇAS EXECUTIVAS	OUTROS	TOTAL
PROCURADORIA-GERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
1ª PROCURADORIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2ª PROCURADORIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
3ª PROCURADORIA	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	3
4ª PROCURADORIA	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
5ª PROCURADORIA	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	5
6ª PROCURADORIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7ª PROCURADORIA	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4
8ª PROCURADORIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9ª PROCURADORIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COORDENADORIA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COORDENADORIA DE PESSOAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COORDENADORIA DE TRIBUTAÇÃO E RENÚNCIA DE RECEITA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COORDENADORIA DE SAÚDE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COORDENADORIA DE MEIO AMBIENTE	0	0	1	5	0	0	0	0	0	0	0	6
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COORDENADORIA DE TRANSPARENCIA, ACESSO À INFORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5	5	7	0	0	0	0	2	1	1	21

### IV - PROCESSOS EXAMINADOS NO MÊS, POR COMPETÊNCIA:

Tendo em vista a competência, os processos foram examinados da seguinte forma:

COMPETÊNCIA	PARECERES	OUTRAS MANIFESTAÇÕES	SEM MANIFESTAÇÕES	TOTAL
TRIBUNAL PLENO	124	54	130	308
CÂMARAS	315	37	121	473
TOTAL	439	91	251	781

### V - COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO AMAZONAS:

Procuradorias	Titular
Procuradoria-Geral	João Barroso de Souza



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas  
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](#) [/tceam](#) [/tceam](#) [/tce-am](#) [/tceamazonas](#) [/tceam](#)



# Diário Oficial Eletrônico

## Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.40

1ª Procuradoria	Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva
2ª Procuradoria	Evanildo Santana Bragança
3ª Procuradoria	Elizângela Lima Costa Marinho
4ª Procuradoria	Carlos Alberto Souza de Almeida
5ª Procuradoria	Elissandra Monteiro Freire Alvares
6ª Procuradoria	Ademir Carvalho Pinheiro
7ª Procuradoria	Ruy Marcelo Alencar de Mendonça
8ª Procuradoria	Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça
9ª Procuradoria	Evelyn Freire de Carvalho

Coordenadorias	Procuradores vinculados
1ª Coordenadoria: Previdência e Assistência Social	Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva
2ª Coordenadoria: Pessoal	Evanildo Santana Bragança
3ª Coordenadoria: Licitações	Elizângela Lima Costa Marinho
4ª Coordenadoria: Educação	Carlos Alberto Souza de Almeida
5ª Coordenadoria: Tributação e Renúncia de Receitas	Elissandra Monteiro Freire Alvares
6ª Coordenadoria: Saúde	Ademir Carvalho Pinheiro
7ª Coordenadoria: Meio Ambiente	Ruy Marcelo Alencar de Mendonça
8ª Coordenadoria: Infraestrutura e Acessibilidade	Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça
9ª Coordenadoria: Transparência, Acesso à Informação e Controle Interno	Evelyn Freire de Carvalho

Obs. Dados da 4ª Coordenadoria não foram enviados em razão do impedimento contido no Memorando 01/2020-MPC/CASA (Processo SEI 232/2021).

**GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, Manaus, 18 de janeiro de 2022.

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador- Geral do MPC



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas  
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736  
Horário de funcionamento: 7h - 13h  
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

@tceamazonas /tceam /tceam /tce-am /tceamazonas /tceam





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.41

### PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS REFERENTE AO 4º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2021

#### I – PROCESSOS RECEBIDOS NO TRIMESTRE:

Foram recebidos no 4º Trimestre de 2021, para o exame do Ministério Público de Contas, **2.372 (dois mil trezentos e setenta e dois)** processos da competência do Tribunal Pleno e da 1ª e 2ª Câmara.

	PROCURADORIA-GERAL	1ª Procuradoria	2ª Procuradoria	3ª Procuradoria	4ª Procuradoria	5ª Procuradoria	6ª Procuradoria	7ª Procuradoria	8ª Procuradoria	9ª Procuradoria	TOTAL
DISTRIBUÍDOS	69	183	120	200	197	166	180	155	170	197	1637
RETORNO	123	53	139	47	37	67	63	119	64	23	735
ENTRADA DE PROCESSOS	192	236	259	247	234	233	243	274	234	220	2372
REMANESCENTES DO 3º TRIMESTRE	0	18	122	16	0	2	7	29	48	3	245
PARECERES	29	167	126	139	134	131	149	143	198	154	1370
OUTRAS MANIFESTAÇÕES	12	8	61	21	39	33	6	56	17	9	262
SEM MANIFESTAÇÕES	151	54	43	61	61	71	83	86	67	60	737
SAÍDA DE PROCESOS	192	229	230	221	234	235	238	285	282	223	2369
PROCESSOS PENDENTES DE MANIFESTAÇÃO	0	25	151	42	0	0	12	18	0	0	248

#### II – EXAME DOS PROCESSOS NO TRIMESTRE, POR PROCURADORIA:

Foram distribuídos pela Diretoria do Ministério Público em outubro, novembro e dezembro do ano de 2021 um total de 1.637 (hum mil, seiscentos e trinta e sete) Processos.

DISTRIBUÍDOS	Procuradoria-Geral	1ª Procuradoria	2ª Procuradoria	3ª Procuradoria	4ª Procuradoria	5ª Procuradoria	6ª Procuradoria	7ª Procuradoria	8ª Procuradoria	9ª Procuradoria	Total
OUT	23	49	34	54	39	45	51	31	50	51	427
NOV	23	72	52	80	96	75	79	67	75	85	704
DEZ	23	62	34	66	62	46	50	57	45	61	506
TOTAL	69	183	120	200	197	166	180	155	170	197	1637

Dos Processos que Tramitaram pelo MPC/AM no 4º Trimestre do ano de 2021, 1.370 (hum mil, trezentos e setenta) Processos resultaram em emissão de Parecer Ministerial.

PARECERES	Procuradoria-Geral	1ª Procuradoria	2ª Procuradoria	3ª Procuradoria	4ª Procuradoria	5ª Procuradoria	6ª Procuradoria	7ª Procuradoria	8ª Procuradoria	9ª Procuradoria	TOTAL
OUT	9	41	29	35	33	35	39	31	63	37	352
NOV	11	69	52	54	62	55	79	58	74	65	579
DEZ	9	57	45	50	39	41	31	54	61	52	439
TOTAL	29	167	126	139	134	131	149	143	198	154	1370

Dos Processos que Tramitaram pelo MPC/AM no 4º Trimestre do ano de 2021, 737 (setecentos e trinta e sete) Processos não resultaram em Manifestação do Ministério Público e 248 (duzentos e quarenta e oito) estão pendentes de Manifestação.

SEM MANIFESTAÇÕES	Procuradoria-Geral	1ª Procuradoria	2ª Procuradoria	3ª Procuradoria	4ª Procuradoria	5ª Procuradoria	6ª Procuradoria	7ª Procuradoria	8ª Procuradoria	9ª Procuradoria	TOTAL
OUT	63	12	14	19	8	22	16	20	16	12	202
NOV	43	18	14	21	30	29	44	22	36	27	284
DEZ	45	24	15	21	23	20	23	44	15	21	251
TOTAL	151	54	43	61	61	71	83	86	67	60	737





# Diário Oficial Eletrônico

## Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.42

PROCESSOS PENDENTES DE MANIFESTAÇÃO	Procuradoria-Geral	1ª Procuradoria	2ª Procuradoria	3ª Procuradoria	4ª Procuradoria	5ª Procuradoria	6ª Procuradoria	7ª Procuradoria	8ª Procuradoria	9ª Procuradoria	TOTAL
OUT	0	22	131	31	0	2	19	32	31	9	277
NOV	0	33	143	43	0	11	8	45	20	10	313
DEZ	0	25	151	42	0	0	12	18	0	0	248

**GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, em Manaus, 18 de janeiro de 2022.

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador- Geral do MP

### ATOS NORMATIVOS

Sem Publicação

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA

### DESPACHOS

Sem Publicação

### PORTARIAS

### A T O N° 11/2022

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

**CONSIDERANDO** o teor do Memorando n.º 7/2022/GCEC/GP, datado de 14.01.2022, constante no Processo SEI n.º 000741/2022;

**R E S O L V E:**

### Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas  
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736  
Horário de funcionamento: 7h - 13h  
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br





# Diário Oficial Eletrônico

## Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.43

**NOMEAR** os servidores relacionados abaixo, nos respectivos cargos em comissão, previsto no Anexo VII, da Lei n.º 4.743, de 28.12.2018, publicada no DOE de mesma data, atualizado pela Lei n.º 5053, de 26 de dezembro de 2019, publicada no DOE de mesma data, a contar de 01.01.2022.

<b>NOMES</b>	<b>CARGO</b>
<b>ROSANILA MARIA DE BRITTO FEITOZA PANTOJA</b>	Chefe do Departamento Técnico de Estudos, Pesquisas e Extensão da Escola de Contas Públicas – CC-4
<b>AMANDA DE ALMEIDA MOTTA</b>	Assessor da Coordenadoria-geral da Escola de Contas Públicas – CC-2

**DÊ- SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 17 de janeiro de 2022.

  
ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA  
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

### **PORTARIA N.º 20/2022-GPDRH**

O Presidente do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

**CONSIDERANDO** a necessidade de compor a Comissão de Jurisprudência, prevista no art. 48, inciso II da Resolução n.º 04/2002;

**CONSIDERANDO** o teor do art. 49, caput e § 2º, e art. 59, inciso IV da Resolução nº 04/2002,

**R E S O L V E:**

**I - CONSTITUIR** a Comissão de Jurisprudência, com a seguinte composição:

Conselheiro Presidente da Segunda Câmara <b>Júlio Assis Corrêa Pinheiro</b>	Coordenador-Presidente
Conselheiro <b>Antonio Julio Bernardo Cabral</b>	Membro



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas  
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736  
Horário de funcionamento: 7h - 13h  
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail:doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas /tceam /tceam /tce-am /tceamazonas /tceam



Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.44

Procuradora de Contas Dra. <b>Elissandra Monteiro Freire</b>	Membro
--	--------

II- O Coordenador da Comissão de Jurisprudência convocará a sua primeira reunião ordinária nos 10 (dez) dias seguintes à publicação desta Portaria e fixará uma data mensal na qual se realizará suas reuniões ordinárias, quando convocadas;

a) Para a reunião da Comissão é necessária a presença de todos os seus membros, titulares ou suplentes, e suas deliberações serão tomadas pela maioria simples;

b) As deliberações da Comissão serão levadas ao conhecimento do Presidente do Tribunal, no primeiro dia útil seguinte aquele em que foram tomadas.

III- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e a Diretoria de Recursos Humanos – DRH, providenciará as devidas anotações funcionais;

IV- Ficam revogadas as disposições em contrário.

**DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 18 de janeiro 2022.

  
ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA  
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

### PORTARIA N.º 21/2022-GPDRH

O Presidente do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

**CONSIDERANDO** a necessidade de compor a Comissão de Legislação e Regimento Interno, prevista no art. 48, inciso I da Resolução n.º 04/2002;

**CONSIDERANDO** o teor do art. 49, caput e § 1º, e art. 59, inciso IV da Resolução n.º 04/2002;

**RESOLVE:**





# Diário Oficial Eletrônico

## Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.45

**I - CONSTITUIR** a Comissão de Legislação e Regimento Interno, com a seguinte composição:

<b>Conselheira</b> - Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos	Presidente
<b>Conselheiro</b> Ari Jorge Moutinho da Costa Junior	Membro
<b>Procurador de Contas</b> Roberto Lopes Krichanã da Silva	Membro

**II-** O Coordenador da Comissão de Legislação e Regimento Interno convocará a sua primeira reunião ordinária nos 10 (dez) dias seguintes à publicação desta Portaria e fixará uma data mensal na qual se realizará suas reuniões ordinárias, quando convocadas;

a) Para a reunião da Comissão é necessária a presença de todos os seus membros, titulares ou suplentes, e suas deliberações serão tomadas pela maioria simples;

b) As deliberações da Comissão serão levadas ao conhecimento do Presidente do Tribunal, no primeiro dia útil seguinte aquele em que foram tomadas.

**III-** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e a Diretoria de Recursos Humanos – DRH, providenciará as devidas anotações funcionais;

**IV-** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 18 de janeiro 2022.

  
ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA  
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

### PORTARIA N.º 46/2022-GPDRH

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas  
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail:doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas /tceam /tceam /tce-am /tceamazonas /tceam



# Diário Oficial Eletrônico

## Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.46

**CONSIDERANDO** o teor do Memorando n.º 2/2022/DEPLAN/GP, datado de 12.01.2022, constante no Processo SEI n.º 000424/2022;

### **R E S O L V E:**

**I - LOTAR** a servidora **ROSENILDA FREITAS DA SILVA**, matrícula n.º 001.250-5A, no Departamento de Planejamento e Organização - DEPLAN, a contar de 12.01.2022;

**II - REVOGAR** a lotação anterior.

**DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 17 de janeiro de 2022.

  
**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

### **P O R T A R I A N.º 47/2022-GPDRH**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

**CONSIDERANDO** o teor do Memorando n.º 26/2022/SECEX/GP, datado de 14.01.2022, constante no Processo SEI n.º 000671/2022;

### **R E S O L V E:**

**I - LOTAR** o servidor **RODRIGO SANTOS BEZERRA**, matrícula n.º 003.804-0A, no Departamento de de Auditoria de Desestatizações, Concessões e Preços Públicos - DEADESC, a contar de 14.01.2022;

**II - REVOGAR** a lotação anterior.

**DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.**

### **Diário Oficial Eletrônico de Contas**

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas  
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus - AM - CEP: 69055-736  
Horário de funcionamento: 7h - 13h  
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.47

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 17 de janeiro de 2022.

  
ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA  
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

### PORTARIA N.º 48//2022-GPDRH

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

**CONSIDERANDO** o teor do Memorando n.º 06/2022/GCARIMOUTINHO/TP, datado de 14.01.2022, constante no Processo SEI n.º 000701/2022;

#### **RESOLVE:**

**I - LOTAR** os servidores listados abaixo no Gabinete da Corregedoria Geral - GCG, a contar de 01.01.2022;

SERVIDORES
<b>RITA DE CASSIA PINHEIRO TELLES DE CARVALHO</b> Matrícula n.º 001.255-6A
<b>SUAMMY XENOFONTE MOTTA</b> Matrícula n.º 002.385-0A
<b>CARLOS FABIO TELES DA SILVA</b> Matrícula n.º 002.432-5B
<b>NADIA MARIA GAMA PEREIRA</b> Matrícula n.º 002.538-0A
<b>JOYCE DE MATOS SAMPAIO</b> Matrícula n.º 002.403-1B
<b>MARIA DE FATIMA LIMA DA SILVA</b> Matrícula n.º 003.632-3A

**II - REVOGAR** as lotações anteriores.

**DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.**





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.48

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 17 de janeiro de 2022.



ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA  
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

### PORTARIA N.º 49/2022-GPDRH

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

**CONSIDERANDO** o teor do Memorando n.º 16/2022/GCJOSUECLAUDIO/TP, datado de 13.01.2022, constante no Processo SEI n.º 000446/2022;

#### **R E S O L V E:**

**I - LOTAR** a servidora **MARILEUDA MORAES DOS SANTOS**, matrícula n.º 001.130-4A, no Gabinete da Ouvidoria - GOV, a contar de 01.01.2022;

**II - REVOGAR** a lotação anterior.

**DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 17 de janeiro de 2022.



ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA  
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

### PORTARIA N.º 50/2022-GPDRH

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;







# Diário Oficial Eletrônico

## Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.49

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo n.º 102, I e IV, da Lei n.º 2.423, de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no artigo n.º 29, I e V do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, 23 de maio de 2002);

**CONSIDERANDO** o teor da Resolução n.º 13, de 14 de junho de 2012,

### **R E S O L V E :**

**I - DESIGNAR** o servidor **FRANCISCO ANTONIO PINTO NETO**, para no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, responder pelas atribuições fixadas no art. 40 e incisos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a contar de janeiro 2022;

**II – REVOGAR** a Portaria n.º 193/2019-GPDRH, datada de 02.04.2019, publicado no DOE de 03.04.2019.

**DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 17 de janeiro de 2022.

  
ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA  
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

### **A T O N.º 12/2022**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo n.º 102, I e IV, da Lei n.º 2.423, de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no artigo n.º 29, I e V do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, 23 de maio de 2002);

**CONSIDERANDO** os termos do artigo 93, § 1º da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas);

**CONSIDERANDO** o teor do Processo SEI n.º 000944/2022;

### **R E S O L V E :**

**CONVOCAR**, com Jurisdição Plena, o Auditor **LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**, matrícula n.º 002.810-0A, para substituir o Senhor Conselheiro **ANTONIO JULIO BERNARDO CABRAL**, matrícula n.º 000.898-2A, por 15 (quinze) dias, durante seu afastamento, a contar de 18.01.2022.



#### Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas  
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736  
Horário de funcionamento: 7h - 13h  
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.50

**DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.**

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 18 de janeiro de 2022.

  
ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA  
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

### PORTARIA N.º 51/2022-GPDRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

**CONSIDERANDO** o teor do Despacho n.º 02/2022/DIINF, datado de 17.01.2022, constante no Processo SEI n.º 000075/2022;

**RESOLVE:**

**CONCEDER** ao servidor **LEANDRO BEIRAGRANDE DA COSTA**, matrícula n.º 001.685-3A, adicional de qualificação, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), bem como o direito ao pagamento a contar da data da apresentação do diploma, ou seja, a contar de 03.01.2022, nos termos do art. 7º, § 1º, inciso III da Lei n.º 4.743/2018, alterada pela Lei n.º 5.023, de 26 de dezembro de 2019.

**DÊ- SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.**

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 18 de janeiro de 2022.

  
ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA  
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

### PORTARIA N.º 52/2022-GPDRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;





# Diário Oficial Eletrônico

## Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.51

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

### **R E S O L V E:**

**I - INCLUIR** o nome da servidora **PATRICIA CRISTINA MARANHÃO AMED**, matrícula n.º 001.053-7A, na Comissão de Elaboração e Acompanhamento do Planejamento Estratégico, instituído pela Portaria n.º 43/2022-GPDRH, datada de 14.01.2022, a partir de janeiro de 2022;

**II – ATRIBUIR** à servidora a Gratificação prevista na Portaria n.º 193/2015-GPDRH, datada de 28.05.2015, a partir de janeiro de 2022.

**DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 18 de janeiro de 2022.

  
ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA  
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

### **P O R T A R I A N.º 53/2022-GPDRH**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

**CONSIDERANDO** o teor da Portaria n.º 19/2022-GPDRH, datada de 11 de janeiro de 2022, que dispõe sobre o acesso às dependências do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

**CONSIDERANDO** o expressivo aumento no número de casos de infectados por COVID-19 no estado do Amazonas;

### **R E S O L V E:**

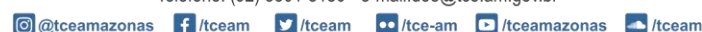
**I – SUSPENDER** a jornada de trabalho presencial de servidores e terceirizados desta Corte de Contas, que se enquadram nas condições médicas abaixo, até o dia 31.01.2022;

1- Pacientes em uso atual de drogas imunossupressoras ou em tratamento quimioterápico;



**Diário Oficial Eletrônico de Contas**

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas  
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736  
Horário de funcionamento: 7h - 13h  
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas /tceam /tceam /tce-am /tceamazonas /tceam



# Diário Oficial Eletrônico

## Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.52

- 2 - Pacientes transplantados;
- 3 - Pacientes Renais Crônicos estágio 5 (que realizam hemodiálise);
- 4 - Pacientes com imunodeficiências primárias grave ou adquirida (HIV).

II – Os laudos deverão ser fornecidos pelo médico que acompanha o paciente com data, CID e justificando o motivo da necessidade do afastamento do trabalho presencial, não podendo ser feitos por médicos do setor de saúde desta Corte de Contas ou com grau de parentesco com o paciente;

III - **ESTABELEECER**, para os servidores que se enquadram no Item I, o regime de Home-Office, devendo ser obedecida a carga-horária já estabelecida por esta Corte.

**DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 18 de janeiro de 2022.

  
ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA  
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

### ADMINISTRATIVO

Sem Publicação

### DESPACHOS

**PROCESSO Nº 10066/2022**  
**ÓRGÃO:** PRODAM (Processamento de Dados do Amazonas S/A)  
**NATUREZA:** REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR  
**REPRESENTANTE:** COMDASP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA  
(CNPJ: 84.486.513/0001-44)  
**REPRESENTADOS:** PROCESSAMENTO DE DADOS DO AMAZONAS S.A -  
PRODAM (REPRESENTADO) E ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS  
LTDA  
**ADVOGADO(A):** RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA – OAB/AM 2.024 E  
DANIELLE VIEIRA HITOTUZI – OAB/AM 4.631.  
**OBJETO:** REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR  
INTERPOSTA PELA COMDASP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA EM  
DESAVOR DO SR. DIRETOR PRESIDENTE DA PRODAM -

### Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas  
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736  
Horário de funcionamento: 7h - 13h  
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br





**PROCESSAMENTO DE DADOS DO AMAZONAS S/A E DA ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA., EM FACE DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO PREGAO ELETRÔNICO Nº 14/2021 – PRODAM.**

**DESPACHO Nº 40/2022 - GP**

1) Tratam os autos da Representação com pedido de medida cautelar interposta pela empresa COMDASP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.486.513/0001-44, contra o Diretor Presidente do PRODAM (Processamento de Dados do Amazonas S/A) e a empresa Ilha Service Tecnologia e Serviços Ltda. (CNPJ nº 85.240.869/0001-66), em razão de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 14/2021 – PRODAM.

2) O Pregão Eletrônico nº 14/2021-PRODAM tem por objeto:

*1.1 Escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, constante do Anexo I, deste Instrumento convocatório.*

3) A empresa COMDASP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. (CNPJ: 84.486.513/0001-44) participou do certame em destaque. Após a abertura das propostas, logrou o terceiro melhor preço conforme segue:

1	POTENCIAL HUMANO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO LTDA	R\$ 4.340.000,00
2	MINUTA COMUNICAÇÃO E CULTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL LTDA	R\$ 9.722.314,92
3	COMDASP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	R\$ 12.769.878,72
4	ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.	R\$ 13.027.651,13
5	PRESTA SERVIÇOS TECNICOS EIRELI	R\$ 13.028.037,75
6	LINCE SEGURANÇA ELETRONICA LTDA	R\$ 13.726.365,00
7	BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A	R\$ 14.057.653,56
8	CENTRAL NORTE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	R\$ 19.286.887,00
9	FIRST DECISION TECNOLOGIAS INOVADORAS E INFORMATICA LTDA	R\$ 42.925.566,92

4) No entanto, após as conclusões das etapas do pregão eletrônico, foi consagrada vencedora do certame a empresa Ilha Service Tecnologia e Serviços Ltda. (CNPJ nº 85.240.869/0001-66). A Representante alega que o resultado do certame violou as disposições legais aplicáveis, pois, em seu sentir, a empresa vencedora deveria ter sido desclassificada face às irregularidades: I) no processamento da análise da habilitação, que inicialmente havia sido considerada “desclassificada”, mas horas depois teve seu *status* alterado no site da PRODAM; II) na cotação de tributos PIS e COFINS sem observância das alíquotas legais e violação do princípio da isonomia, pois se adotou forma de cotação desigual em relação aos demais licitantes; III) na cotação de encargos sociais em percentual ínfimo e destoante da referência estatuída no Edital e Termo de Referência; e IV) na falta de cotação de material, em desatendimento ao que foi determinado no Edital e Termo de Referência.





5) Frente a isto, a Representante requer, em sede de medida cautelar, a suspensão da homologação do resultado do Edital do Pregão Eletrônico nº 14/2021 – PRODAM, inclusive suspendendo os atos relacionados à eventual contratação da empresa ILHA SERVICE.

6) Superado o relatório, manifesto-me. Quanto à análise dos requisitos de admissibilidade do presente feito, observa-se que a Representação está prevista no art. 288 da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM (Regimento Interno desta Corte), sendo cabível em situações que se afirme ou requeira a apuração de ilegalidade ou má gestão pública, bem como nos casos expressos em lei, especialmente os referidos na Lei nº 8666/1993 (Lei de Contratos Administrativos e Licitações).

7) Isto é, a Representação é um instrumento de fiscalização e exercício do controle externo utilizado justamente para se exigir da máquina pública a investigação sobre determinados fatos que aparentemente ensejam prejuízos ao erário. Considerando que a presente Representação tem como escopo apurar suposta ilegalidade em procedimento licitatório presidido pela Administração Pública, constata-se que o caso em comento se enquadra nas hipóteses elencadas no supracitado dispositivo.

8) No que tange à legitimidade, estabelece o art. 288, *caput*, da mencionada Resolução, que qualquer pessoa, órgão ou entidade, pública ou privada, é parte legítima para oferecer Representação. Dessa forma, em observância aos ditames desta Corte de Contas, resta-se evidente a legitimidade da empresa COMDASP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. (CNPJ: 84.486.513/0001-44) para ingressar com a presente demanda.

9) Instruem o feito a peça vestibular subscrita de forma objetiva e com a necessária identificação, de modo a contemplar as impugnações feitas pelo Representante a esta Corte de Contas. Dessa forma, verifico que estão preenchidos os requisitos de admissibilidade.

10) Acerca da competência do Tribunal de Contas para apreciar e deferir Medida Cautelar, faz-se necessário salientar que, com o advento da Lei Complementar Estadual nº 114, de 23 de janeiro de 2013, que alterou a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, confirmou-se expressamente a possibilidade do instituto de medida cautelar no âmbito desta Corte de Contas, conforme previsão no inciso XX do art. 1º da Lei nº 2.423/1996 e do inciso XIX do art. 5º da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

11) Portanto, em atenção ao poder geral de cautela conferido aos Tribunais de Contas, verifica-se que esta Corte é competente para prover cautelares, a fim de neutralizar situações de lesividade ao interesse público, assim, conferindo real efetividade às suas deliberações finais, conforme previsto no art. 42-B, incisos I a IV, da Lei nº 2.423/1996 (redação dada pela Lei Complementar nº 204 de 16/01/2020).

12) Acerca da análise do pedido cautelar, será realizado por esta presidência, conforme art. 3º, III, da Resolução nº 03/2012, face às férias do Auditor Alber Furtado de Oliveira Junior, relator das contas do PRODAM (Processamento de Dados do Amazonas S/A) biênio 2020/2021, a quem cabe presidir a instrução desta Representação com medida cautelar. As férias foram deferidas pelo Acórdão Administrativo nº 319/2021, nos termos do Regimento Interno do TCE/AM.

13) Sabe-se que a Medida Cautelar exige o preenchimento de dois requisitos, quais sejam: *I – periculum in mora*, *II – fumus boni iuris*. O primeiro traduz-se, literalmente, como “perigo na demora”. Para o direito brasileiro, é o receio que a demora da decisão judicial cause um dano grave ou de difícil reparação ao bem tutelado.





Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.55

14) A configuração do *periculum in mora* exige a demonstração de existência ou da possibilidade de ocorrer um dano jurídico ao direito da parte de obter uma tutela jurisdicional eficaz na ação principal.

15) Já o *fumus boni iuris*, traduz-se, literalmente, como “fumaça do bom direito”. É um sinal ou indício de que o direito pleiteado de fato existe. Não há, portanto, a necessidade de provar a existência do direito, bastando a mera suposição de verossimilhança.

16) Conforme informação publicada no sítio eletrônico do PRODAM<sup>1</sup>, o Pregão Eletrônico nº 14/2021 teve seu resultado homologado e adjudicado à ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA., pelo melhor lance de R\$9.394.934,88, com valor negociado a R\$ 9.370.256,76.

17) A Representante, com fulcro nos fundamentos sintetizados no item 4 deste Despacho, aduz irregularidades cometidas pela empresa vencedora e a sua necessária desclassificação. Válido salientar que a matéria foi objeto de Recurso Administrativo oposto junto à Comissão de Licitação, cabendo destacar os fundamentos para impugnação:

3.2.1. *Falta de comprovação da sua capacidade técnica – Atestados de Capacidade Técnica insatisfatório em relação ao objeto da licitação – Princípio da vinculação ao edital e princípio do julgamento objetivo – Princípio da isonomia.*

3.2.2. *Apresentação de Planilha de Custos e Formação de Preços com erro na cotação do Vale Transporte.*

3.2.3. *Apresentação de Planilha de Custos e Formação de Preços em desconformidade com o previsto no Anexo I-D, com desatendimento dos itens 10, 10.2 e 10.3 do Termo de Referência -- Vale Alimentação*

3.2.4. *Cotação de tributos (PIS e COFINS) em desconformidade com a legislação vigente – Consideração indevida de “percentuais médios cumulativo/não cumulativo” – Violação do princípio da isonomia*

3.2.5. *Erro da cotação das incidências dos Encargos Sociais – Resistência à advertência do sr. Pregoeiro – Descumprimento do Anexo I-D*

3.2.6. *Erro na proposta por se omitir de cotar o custo do material (notebooks), em desatendimento aos itens 7, 7.2 e 7.3 do Termo de Referência.*

18) Nota-se a coincidência entre os argumentos apresentados nesta Representação e os apontados junto ao pregoeiro do certame, fazendo deste processo um reexame de uma decisão administrativa exarada pela Comissão de Licitação do PRODAM. Nesta senda, válido salientar que o pregoeiro responsável pelo certame exarou em 03/01/2022 resposta ao recurso administrativo, onde concluiu:

#### 6 DA DECISÃO

*Isto posto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, CONHEÇO das razões e das contrarrazões ao recurso por tempestivos, para, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo assim a decisão anterior que declarou como vencedor do certame ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA.*

*Mantida a decisão, encaminho a presente manifestação à autoridade competente para deliberação, nos termos da legislação de regência.*

<sup>1</sup><https://www.prodam.am.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/39-TERMO-DE-HOMOLOGAcaoO.pdf>. Acesso em janeiro de 2022.





19) Pelo exposto, frente as questões envolvidas nesta temática e as circunstâncias do caso, quedo-me à concessão prévia de prazo à Comissão de Licitação, ao Sr. LINCOLN NUNES DA SILVA, responsável pela homologação do resultado, ao PRODAM e empresa ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA., conforme prevê art. 1º, §2º, da Resolução nº 03/2012 TCE/AM, para que no prazo de 5 (cinco) dias apresentem justificativas e/ou documentos que enfrentem os apontamentos de irregularidade trazidos pela Representante.

20) Pelo exposto, nos moldes do art. 3º, III da Resolução nº 03/2012, do Regimento Interno do TCE/AM:

20.1) DETERMINO a remessa dos autos a Divisão de Medidas Processuais Urgentes – DIMU para as seguintes providências:

- a) **OFICIAR** a Comissão de Licitação do PRODAM, o Sr. LINCOLN NUNES DA SILVA, responsável pela homologação do resultado do Pregão Eletrônico nº 14/2021, o PRODAM e a empresa ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. (CNPJ nº 85.240.869/0001-66), para que no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 1º, §2º, da Resolução nº 03/2012 TCE/AM, apresentem justificativas para os questionamentos trazidos neste Despacho e os constantes da exordial desta Representação, assim como apresentem documentos que elucidem seus argumentos de defesa, tudo relacionado ao Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2021-PRODAM. O Ofício deve ser acompanhado da Exordial e do presente Despacho;
- b) Publicação do presente Despacho no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal em até 24 horas, em observância a segunda parte do artigo 5º, da Resolução n. 03/2012;
- c) Dê ciência da presente decisão proferida pela presidência do TCE/AM ao Colegiado desta Corte, na primeira sessão subsequente, nos termos disposto no artigo 1º, § 1º, da Resolução n. 03/2012 – TCE/AM;
- d) Findo os prazos, que os autos retornem a mim.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 17 de janeiro de 2022.







Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.57

  
ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA  
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

DMC

### EDITAIS

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2022-DEAE

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 71, inciso III, da Lei nº 2.423/96 – TCE, e art. 97, I e § 2º, da Resolução TCE 04/02, combinado com o art. 5º, LV, da CF/88, fica NOTIFICADO o Sr. ROMEIRO JOSÉ COSTEIRA DE MENDONÇA, Prefeito Municipal de Presidente Figueiredo no exercício de 2019, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da última publicação deste, comparecer ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, situado na Avenida Efigênio Sales, nº 1155, 2º andar, Parque Dez de Novembro, a fim de oferecer razões de defesa nos autos do Processo TCE nº 14.738/2019, em razão das situações relatadas na Manifestação da Ouvidoria nº 227/2019 sobre embarço às atividades do Conselho Municipal de Educação.

**DEPARTAMENTO DE AUDITORIA EM EDUCAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS,**  
em Manaus, 17 de janeiro de 2022.

Júlio Alan dos Santos Viana  
Chefe do Departamento de Auditoria em Educação

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1/2022-DICAMI Processo nº 12.289/2017-TCE.

**Prestação de Contas do Sr. Francisco Elaine Monteiro da Silva, ordenador de despesas à época da Câmara Municipal de Iranduba, referente ao exercício de 2016. Prazo: 30 dias.**

Pelo presente Edital, faço saber a todos, na forma e para os efeitos legais dos arts. 20 e 81, e ainda, arts. 18 e 19, parágrafo único da Lei nº 2.423/96-TCE, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 204, de 16/01/2020, c/c os arts. 86, 97, I e §2º, da Resolução nº 04/2002-TCE; e para que se cumpra o art. 5º, inciso LV, da CF/88, bem como ao Despacho do Senhor Relator, Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, fica **NOTIFICADO** o Sr. **FRANCISCO ELAIME MONTEIRO DA SILVA, ordenador de despesas à época da Câmara Municipal de Iranduba**, referente ao exercício 2016, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da última publicação deste, apresentar ao Tribunal de Contas do Estado, através do endereço eletrônico [protocolodigital@tce.am.gov.br](mailto:protocolodigital@tce.am.gov.br), justificativas e/ou documentos,





# Diário Oficial Eletrônico

## Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.58

como razões de defesa. Ressalto que os arquivos eletrônicos a serem entregues precisam estar no formato PDF-A (limitados a 10 megabytes), contudo, havendo dificuldades quanto ao volume da documentação, poderá ser entregue de forma presencial no DEAP (setor de protocolo), situado na Avenida Efigênio Sales, nº 1155, Parque Dez de Novembro, no horário das 7 às 17h, sendo obrigatório o uso de máscara e demais medidas de segurança, conforme Portaria nº 385/2021-GP/TCE (DOE, DE 16/09/21). Ademais, solicitamos que, ao responder à notificação, via e-mail, Vossa Senhoria deverá informar o número do processo, nome completo, CPF, cópia da identidade, bem como procuração, quando estiver representado por Advogado, consoante parágrafo único, do art. 3º, da Resolução nº 02/2020-TCE.

**DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 12 de janeiro de 2022.

**GABRIEL DA SILVA DUARTE**  
Diretor do Controle Externo da Administração  
dos Municípios do Interior

### Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas  
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736  
Horário de funcionamento: 7h - 13h  
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br





# Diário Oficial Eletrônico

## Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 18 de janeiro de 2022

Edição nº 2710 Pag.59



### **Presidente**

Cons. Érico Xavier Desterro e Silva

### **Vice-Presidente**

Cons. Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos

### **Corregedor**

Cons. Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior

### **Ouvidor**

Cons. Josué Cláudio de Souza Neto

### **Coordenador Geral da Escola de Contas Públicas**

Mario Manoel Coelho de Mello

### **Conselheiros**

Cons. Antônio Julio Bernardo Cabral

Cons. Júlio Assis Corrêa Pinheiro

### **Auditores**

Mário José de Moraes Costa Filho

Alípio Reis Firmo Filho

Luiz Henrique Pereira Mendes

Alber Furtado de Oliveira Junior

### **Procurador Geral do Ministério Público de Contas do TCE/AM**

João Barroso de Souza

### **Procuradores**

Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

Evanildo Santana Bragança

Evelyn Freire de Carvalho

Ademir Carvalho Pinheiro

Elizângela Lima Costa Marinho

Carlos Alberto Souza de Almeida

Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Elissandra Monteiro Freire

Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

### **Secretário Geral de Administração**

Harleson dos Santos Arueira

### **Secretário-Geral de Controle Externo**

Jorge Guedes Lobo

### **Secretário-Geral do Tribunal Pleno**

Mirtyl Fernandes Levy Júnior

### **Secretária de Tecnologia da Informação**

Sheila da Nóbrega Silva

### **Diretora Geral da Escola de Contas Públicas**

Solange Maria Ribeiro da Silva

### **TELEFONES ÚTEIS**

**PRESIDÊNCIA 3301-8198 / OUVIDORIA 3301-8222/0800-208-0007 / ESCOLA DE CONTAS 3301-8301/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 3301-8186 / SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO 3301-8153 / SECRETARIA DE TECNOLOGIA 3301-8119/ LICITAÇÃO 3301-8150 / COMUNICAÇÃO 3301- 8180 / DIRETORIA DO MPC 3301-8232 / PROTOCOLO 3301-8112**

### **Diário Oficial Eletrônico de Contas**

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas  
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](https://www.instagram.com/tceamazonas) [/tceam](https://www.facebook.com/tceam) [/tceam](https://www.youtube.com/tceam) [/tce-am](https://www.linkedin.com/company/tce-am) [/tceamazonas](https://www.youtube.com/tceamazonas) [/tceam](https://www.youtube.com/tceam)

